



Índice

- 01 [Índio diz estar próximo do Tanabi: 'Seria um sonho jogar com Cabañas'](#)
- 02 [Protesto de índios Tembé impede que servidores deixem aldeia, no PA](#)
- 03 [Índios participam de busca por avião desaparecido no Pará](#)
- 04 [Indígenas ocupam prédio do Distrito Sanitário de MS em Campo Grande](#)
- 05 [Polícia destrói 100 mil pés de maconha em reservas indígenas, no PA](#)
- 06 [Criança de 2 anos morre em ponto de ônibus após roda se soltar de carro](#)
- 07 [Cacique Tupinambá da aldeia Serra do Padeiro denuncia ações violentas da polícia](#)
- 08 [Campanha pela homologação da Terra Indígena Morro dos Cavalos \(SC\) é lançada hoje](#)
- 09 [Mutirão realiza emissão gratuita de documentos em municípios do interior](#)
- 10 [Polícia apreende madeira ilegal após denúncias em Manacapuru, no AM](#)
- 11 [Videoconferência homenageia o centenário de Carolina de Jesus](#)
- 12 [Tecendo relações além da aldeia](#)
- 13 [Ministério do Esporte anunciará sede do 1º Mundial Indígena](#)
- 14 [Escolas indígenas de Caucaia mantêm viva cultura da tribo tapeba](#)
- 15 [Estado publica resultado de prova discursiva para professor indígena](#)
- 16 [Roberto Costa intercede contra criação de reserva indígena nos municípios de](#)



Vitorino Freire, Bom Lugar, Bacabal e Olho d'Água das Cunhãs

- 17** UEMS prorroga inscrições de curso preparatório para negros e índios
- 18** Professor é agredido por indígenas em Mato Castelhana
- 19** Indígenas ocupam prédio do Distrito Sanitário de MS em Campo Grande
- 20** Deputados criticam criação de nova reserva indígena no Maranhão
- 21** Projeto une agricultores familiares indígenas e não-indígenas para recuperar áreas degradadas através de Sistemas Agroflorestais
- 22** RJ – A Questão Indígena e o Poder Judiciário, em 10 e abril
- 23** Chefe munduruku vai a Washington denunciar projeto de usinas no Tapajós
- 24** Módulo de curso em Manejo Florestal Comunitário será em Santarém
- 25** Os índios Tupinambá e a cobertura enviesada
- 26** Ministra do STF garante direitos constitucionais indígenas
- 27** Manifesto dos povos da floresta do Vale do Juruá: "O petróleo é nosso"! Deixem-no na terra! Fora da Amazônia, petroleiras!
- 28** Em Boa Vista, espaço União Operária recebe exposição 'Universo Makuxi'
- 29** Primeira etapa dos Jogos Indígenas 2014 acontece em junho, no Amapá
- 30** MPF-AM recomenda que Unir receba alunos indígenas de Humaitá
- 31** Violência na Bahia: Milícia indígena retoma invasões de propriedades

Índio diz estar próximo do Tanabi: 'Seria um sonho jogar com Cabañas'
SÍTIO G1, 25.03.2014

Aru, destaque do Gavião no Paraense, afirma que jogará pintado caso atue na quarta divisão do Campeonato Paulista. Acerto deve ser fechado após o estadual



Aru diz estar 70% acertado com o Tanabi (Foto: Reuters)

A quarta divisão do Campeonato Paulista pode ganhar uma visibilidade e tanto. Depois de anunciar o atacante paraguaio Cabañas, o Tanabi tem como próximo alvo Aru, centroavante indígena que disputa a primeira divisão do Pará. O jogador confirmou que a negociação está muito próxima de um desfecho positivo, mas o empréstimo só deverá ser concretizado após o término do Parazão.

- No momento, meu foco é no Gavião. Temos quatro jogos importantes pela frente, e o clube vive situação de possível rebaixamento. Mas considero a negociação 70% certa de ser concretizada. É a melhor fase da minha carreira, e fico muito feliz com o convite. Venho de cinco temporadas batendo na trave, mas agora estou em uma crescente. Espero ter essas novas experiências para desenvolver o meu futebol - revelou Aru.

Com 27 anos, Aru é um dos principais jogadores do Gavião, clube fundado em 2009 e que no fim do ano passado conseguiu o acesso para a elite do futebol paraense. Representante da tribo dos Kyikatejê, o atacante é o artilheiro do time na temporada, com dez gols. Apesar de ainda faltarem detalhes para a transferência ao Tanabi, Aru demonstra ansiedade para jogar ao lado de Cabañas.

CONT.



- Será a realização de um sonho jogar com o Cabañas. De certa forma ele é um ídolo. É um jogador parecido comigo, de muita força e explosão. Ele teve muita qualidade no passado, tem vários jogos pela seleção paraguaia e disputou Libertadores, que eu sempre acompanhei. Tenho muito respeito e admiração pelo que ele fez, e espero ajuda-lo. Todo atleta sonha chegar no nível dele. É uma pessoa consagrada, reconhecida tanto na América do Sul quanto no resto do mundo. Espero aprender mais. Ao estar perto de grandes jogadores, sempre se aprende bastante - contou Aru.

Família vai ficar na aldeia, diz Aru

Aru nasceu em Marabá, no sudeste do Pará, distante cerca de 550 km de Belém. Mas cresceu na aldeia Kyikatejê, em Bom Jesus do Tocantins, que faz fronteira com o município. Até hoje ele reside na aldeia, onde pratica os costumes da língua "jê" ao lado da esposa e dos dois filhos. Caso vá mesmo para Tanabi, o jogador prefere deixar a família na comunidade indígena.

- Sou casado e tenho dois filhos, um casal. Eles moram na aldeia e devem permanecer lá caso eu vá jogar no interior de São Paulo. Ainda tenho receio de levar minha família. Só pretendo tirá-los de lá se um dia for disputar uma competição de qualidade, em um clube que possa dar uma estrutura melhor, até pela questão da adaptação, que pode ser complicada - ponderou o jogador

Se a família fica na aldeia, a cultura dos índios viajará com Aru. Nas partidas pelo Gavião, no Paraense, o atacante sempre tem o costume de entrar em campo com as cores de sua tribo originária - vermelho e preto - pintadas no rosto. Esta tradição, ele promete manter.

- Com certeza. É o que eu faço. Eu jogo não só por mim, mas por todo o meu povo. É uma forma de resistência, e no futebol não é diferente. Jogar pintado não é apenas uma forma de representar a minha nação e a nação indígena brasileira, mas uma maneira de defendê-las - afirmou Aru.

Salário de índio pode ser problema

O único entrave na negociação entre Tanabi e Gavião é financeiro. A quarta divisão do Paulista (que se chama Segunda Divisão e fica abaixo das Séries A2 e A3) é disputada basicamente por jogadores de até 23 anos, mas cada equipe tem direito a três exceções. Com orçamento baixo, Irineu Alves, presidente do Tanabi, ainda tenta viabilizar a questão salarial, na tentativa de igualar o valor que Aru recebe atualmente no time paraense.

- Eu vou ver com o Zeca Gavião (presidente do Gavião Kyikatejê) se ele complementa parte do salário do Aru. Ficou nessa pendência. Estamos abrindo as portas para a equipe do Gavião e para o jogador. Apesar de ser para disputar uma Segunda Divisão, São Paulo é uma vitrine - contou.

As conversas entre Irineu Alves e Aru começaram há cerca de três semanas. O presidente do Tanabi viajou até Marabá para assistir à partida entre Gavião e Paysandu, que abriu o segundo

CONT.



turno do Parazão. Ainda no estádio Zinho Oliveira, o mandatário conversou com o atacante e também conheceu a tribo Kyikatejê.

- Pensei na mídia que ele iria ter. Reuni com o Aru e o Zeca há algumas semanas, no jogo contra o Paysandu. Depois fui visitar a aldeia e conhecer o trabalho dele e seus objetivos. O nosso mascote é um índio, e ele é uma pessoa que representa isso. A nossa ideia é divulgar a nossa equipe e a aldeia. Outra coisa importante é que ele poderia passar essa experiência para as 250 crianças que fazem parte da nossa escolinha, transmitindo os valores da cultura indígena para as novas gerações - explicou Alves.

Contrato tem cláusulas de liberação; Sampaio é outro interessado

Se fechado o negócio com o Tanabi, Aru irá emprestado. Caso apareça uma proposta melhor, de um clube com maior visibilidade, ele poderá ser liberado imediatamente. É o que está sendo acordado entre o jogador e o presidente Irineu Alves. Outra possibilidade é o Sampaio Corrêa, que disputará a Série B do Brasileiro.

- Tenho mais ou menos uma indicativa do Sampaio. Teve um dirigente deles que me viu jogar e está interessado em me levar para lá. Ele ficou de conversar com o presidente (do próprio Sampaio) para me contratar. Então, se eu for para o Tanabi e aparecer esta proposta ou outra melhor, serei liberado. Isso ficou acordado. Todos sabem que meu desejo é jogar o Brasileiro, um campeonato de qualidade, seja Série A, B, C ou D - planeja Aru.

Irineu não vê problemas caso surja outro convite

- Ele também tem proposta da Série B do Brasileiro. Mas conversei com ele e disse: "Você vem para cá, joga dois ou três jogos e, a partir do momento que aparecer algo melhor, eu libero você". Mas isso já ajudará a divulgar esse trabalho nosso. Ele é um jogador que cabe no nosso time, pois essa competição é de força, e ele tem como características um futebol de força. Além disso, gostamos de proporcionar oportunidades. Acertamos com o Cabañas para tentar fazê-lo voltar ao futebol. Com ele, é uma chance de mostrar que tem potencial para atuar em outros centros.



Protesto de índios Tembé impede que servidores deixem aldeia, no PA
SÍTIO G1/PA, 25.03.2014

Um grupo de seis funcionários da Funai e da Sesai ficou detido em aldeia. Manifestantes reclamam de condições precárias de saúde na região.

Um grupo de funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) foi impedido de deixar a aldeia Cajueiro, a 145km do município de Paragominas, no sudeste do Pará, durante protesto dos índios Tembé por melhores condições de saúde para as aldeias da região. Seis servidores são mantidos no local desde a manhã desta terça-feira (25), e os índios exigem a chegada de representantes do Ministério da Saúde (MS) para negociar a liberação do grupo.

Os seis funcionários que permanecem no local foram identificados apenas como Adelson, André e Davi da Funai; Valena, Saulo e Maria Aparecida da Sesai. Um deles, que preferiu não se identificar, informou que o protesto começou por volta de 9h da manhã. "Estava tudo tranquilo, até eles chegarem aqui e anunciarem que ficaríamos até vir um representante do Ministério (da Saúde)" informou o funcionário.

O servidor afirmou que já participou de várias visitas realizadas de forma pacífica nas aldeias da região, e que não houve agressividade no protesto e na detenção dos funcionários. Entretanto, os manifestantes estariam apreensivos pelo atendimento das reivindicações, e os servidores detidos temem que a situação saia do controle na aldeia Cajueiro.

Entre as principais exigências dos manifestantes, estão o envio de medicamentos para a aldeia, equipamentos de saúde e a liberação da reforma da Casa do Índio (Casai) de Paragominas. De acordo com Valdeci Tembé, funcionário da Funai no município, a Casai funciona de forma precária: "não tem espaço adequado, e uma das manifestações é essa, chamar atenção pra melhoria do atendimento indígena" disse.

Os profissionais da Sesai participavam de uma reunião do conselho local de saúde na aldeia, e a equipe da Funai os participavam de um levantamento de demandas na região da aldeia Cajueiro, em um programa da fundação destinado a melhorar a atividade produtiva das aldeias.



Índios participam de busca por avião desaparecido no Pará
SÍTIO G1, 25.03.2014

*Membros da tribo Munduruku participam de equipe de voluntários.
Buscas completam uma semana no sudoeste do Pará.*

Índios da tribo Munduruku participam da busca pelo avião bimotor que desapareceu no Pará na última terça-feira (18) após decolar de Itaituba com destino a Jacareacanga, no sudoeste do estado. Eles atuam com os voluntários, que incluem moradores de Jacareacanga e funcionários do Distrito Sanitário Indígena (DSEI), e saem de canoa às 5h em busca de pistas que possam levar ao avião e seus cinco ocupantes. O trabalho só encerra de noite.

As buscas pelo bimotor já duram uma semana. Além dos voluntários, a procura pelo avião e seus ocupantes é feita com aeronaves da Força Aérea Brasileira e da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Até o momento, as equipes acumulam mais de 85 horas de voo, cobrindo uma área de 6.785 quilômetros quadrados. Um dos aviões utilizados na operação é o Orion, que tem sensores que detectam metal mesmo sob a mata cerrada, direcionando a operação em terra.

"A expectativa é a gente encontrar. Nossa impressão está dizendo que o avião está lá, que existem sobreviventes e, com fé em Deus, vamos achar eles bem", disse Sandro Waru, um dos índios voluntários. "O que a gente quer é encontrar esse avião, para poder dar um alívio e um descanso para as famílias", revela o voluntário Willian Silvio.

Para os familiares da técnica Lucinéia Aguiar, que está entre os desaparecidos, o esforço da comunidade reforça a esperança em um final feliz. "A gente só tem a agradecer a todos os voluntários, que estão sempre dispostos a ajudar. Hoje teremos uma resposta, se Deus quiser", espera Andressa Aguiar, irmã de Lucinéia.

Entenda o caso

O bimotor transportava o comandante Luiz Feltrin, dono da empresa Jotan Táxi Aéreo, um motorista e três funcionários de saúde, que iriam trabalhar no atendimento da comunidade indígena da região. O último contato recebido da aeronave foi uma mensagem de texto da técnica de enfermagem Rayline Campos, que mandou um SMS para o tio preocupada com o mau tempo e as condições da aeronave.

Na última segunda-feira (24), rádios e blogs do oeste do Pará chegaram a divulgar que o avião havia sido encontrado, mas a informação foi desmentida pelas equipes de salvamento.

Indígenas ocupam prédio do Distrito Sanitário de MS em Campo Grande SÍTIO G1, 25.03.2014

Segundo liderança, eles estão no local desde 2ª e movimento é pacífico. Índios querem melhorias na estrutura de atendimento nas aldeias.



Indígenas em frente ao prédio da DSEI em Campo Grande (Foto: Nadyenka Castro/ G1 MS)

Indígenas ocupam desde essa segunda-feira (24) o Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul (DSEI/MS), em Campo Grande. De acordo com Uilson Terena, representante do grupo, o objetivo do movimento é chamar atenção das autoridades para a situação do atendimento em saúde nas aldeias do estado, que, segundo eles, está precário.

"Tem viatura sucateada, falta de materiais para os profissionais trabalharem e a estrutura dos postos está precária", fala Terena. Ele diz que estão no prédio da DSEI cerca de 100 índios de várias aldeias do estado, representando todas as etnias.

Ele explica que o movimento é pacífico e só termina quando o secretário especial de Saúde Indígena, Antônio Alves, vier a Mato Grosso do Sul e conversar com os indígenas. "Nós queremos a presença do Antônio Alves. Ele prometeu vir ano passado e não veio", afirma. Uilson Terena declara ainda que a presença dos funcionários no local é permitida pelos índios.

Entre setembro e outubro de 2013, indígenas do estado ocuparam a DSEI por aproximadamente 20 dias. Eles só saíram do prédio após a exoneração do coordenador distrital, Nelson Ozalar. À época, os índios já denunciavam a precariedade no atendimento em saúde nas aldeias.

Polícia destrói 100 mil pés de maconha em reservas indígenas, no PA
SÍTIO G1, 25.03.2014

*Droga foi apreendida em reservas indígenas e em áreas devolutas.
Maconha abastecia tráfico no MA e no TO. Ninguém foi preso.*



Helicóptero foi usado para encontrar plantações de maconha localizadas dentro de mata fechada. (Foto: Divulgação/ Polícia civil)

Cerca de 100 mil pés de maconha que foram apreendidos em reservas indígenas e áreas devolutas do nordeste do Pará foram destruídos pela Polícia Civil dentro da operação "Coivara". O balanço da ação foi divulgado nesta terça-feira (25). Ninguém foi preso.

A operação atingiu áreas dos municípios de Nova Esperança do Piriá, Cachoeira do Piriá, Viseu e Garrafão do Norte. Para realizar a operação, a presença de uma equipe do GRAESP, com uso de um helicóptero, foi fundamental para localizar as áreas de cultivo, situadas em meio à mata fechada e de difícil acesso por terra. Dois peritos criminais do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, responsáveis em fazer a constatação da droga ainda nas roças, e uma equipe do COE (Comando de Operações Especiais), da PM, também atuaram na operação.

Conforme o delegado João Bosco, a produção de maconha na região é usada para abastecer pontos de tráfico de drogas em cidades do Maranhão e de Tocantins. A operação, detalha o delegado, contou com policiais civis das Diretorias de Polícia do Interior e de Polícia

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 55./ 2014

Brasília, 26 de março de 2014.

Especializada, com 30 policiais civis que atuam na Divisão de Repressão ao Crime Organizado e das Superintendências Regionais da Zona do Salgado e da Zona Bragantina.

Busca por suspeitos

Durante o trabalho dos peritos é feita a mensuração da área do cultivo de maconha, o que possibilita estimar a quantidade de pés da erva no local. Nelson Sobreira, do GRAESP, ressalta que a meta é de que, nas próximas operações, sejam usadas duas aeronaves para fazer o sobrevoo na região, como forma de agilizar ainda mais a localização das roças. O delegado João Bosco afirma que novos planejamentos serão realizados, para dar continuidade à operação, visando prender os envolvidos na prática e identificar os responsáveis pelas terras usadas no cultivo.

O nome da operação Coivara é alusivo a uma técnica agrícola usada em comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas que consiste em fazer plantações através da derrubada da mata nativa, seguida pela queima da vegetação. A mesma usada para a plantação de maconha na região.

Parte das drogas, como maconha beneficiada e sementes da erva, foi conduzida para Belém, ao final da ação policial realizada de 17 a 24 deste mês.



Criança de 2 anos morre em ponto de ônibus após roda se soltar de carro

SÍTIO G1, 25.03.2014

*Acidente ocorreu na BR-386 em Lajeado, no Vale do Taquari, RS.
Problema mecânico fez com que pneu se desprendesse perto de aldeia.*

Uma menina de 2 anos e meio morreu depois que a roda de um carro se desprendeu na estrada na manhã desta terça-feira (25) em Estrela, no Vale do Taquari. A criança estava com o pai e a mãe em um ponto de ônibus no km 359,8 da BR-386 no momento do acidente, de acordo com a Polícia Rodoviária Federal.

O acidente ocorreu perto de uma aldeia indígena. Ainda segundo a PRF, houve um problema mecânico no Gol, que seguia no sentido capital-interior. A roda se soltou do carro. Porém, a corporação não confirma se a menina morreu atingida pelo pneu ou pelo veículo desgovernado.

A criança chegou a ser socorrida pela PRF, mas não resistiu aos ferimentos e morreu no Hospital de Estrela. O pai e a mãe sofreram escoriações leves.



Cacique Tupinambá da aldeia Serra do Padeiro denuncia ações violentas da polícia
SÍTIO CIMI, 25.03.2014

Por meio de carta assinada pelo cacique Babau, da aldeia indígena Serra do Padeiro, no sul da Bahia, os Tupinambá denunciam diversas ações de violência promovidas contra a comunidade pela Força Nacional de Segurança e pela Polícia Federal, que estão com uma base no território desde janeiro.

Conforme o documento, os policiais teriam agredido membros da comunidade e até produtores rurais nas proximidades da aldeia, questionando o paradeiro do cacique Babau. "Os policiais fizeram muitas perguntas [...] afirmando que quer fuzilar o cacique e seus irmãos. [...] Queremos saber por que esses policiais estão ameaçando famílias índias e não índias para me encontrar e me matar, pois todos sabem onde eu moro, todas as vezes que os líderes deles querem falar comigo eu sempre recebi.", diz um trecho da carta.

Os indígenas ainda denunciam um caso de abuso contra uma adolescente de 14 anos. A jovem voltava sozinha pra aldeia, no último sábado (22), quando foi surpreendida por policiais que a revistaram e a obrigaram a levantar sua blusa "[...] ela diz que foi abordada por alguns policiais, a mesma estava sozinha, os mesmos a revistou fazendo toques em seu corpo e pediu que levantasse sua blusa.", narra o cacique.

A comunidade está apreensiva com a situação e encaminhou a carta à 6ª Câmara do Ministério Público Federal e ao Ministério da Justiça. O documento encerra ainda: "Se alguma coisa acontecer com minha pessoa e os meus irmãos foi essa polícia que está aqui na região".

Leia aqui a carta assinada pelo cacique da aldeia Serra do Padeiro:

CONT.



Aldeia Tupinambá Serra do Padeiro

Bucarema, 24 de março de 24

Documento denúncia para as autoridades Superior e aliados FUNAI, 6ª Câmara Ministério da Justiça, CIMI, ANAÍ, ONU e outros.

Nós índios Tupinambás da serra do Padeiro, estamos sendo vítima de constante ameaças por parte da força de segurança, que foi mandado pra dentro da nossa aldeia. Eles estão sempre forjando situações para nos incriminar, dando tiros de armas pesadas todas as noites. O Exército Brasileiro tem feito desde que entrou em nossa aldeia destruiu vários pertences de várias famílias indígenas, nos já tiramos e enviamos várias fotos das ilegalidades em que os mesmos vem fazendo. Mas nesses últimos dias a situação se intensificou um pouco mais após agredir (bater) no índio de nossa aldeia, o motivo da tal agressão foi para saber onde estava o cacique e seus irmãos com várias perguntas o forçando a falar o que o índio não sabia. E os mesmos, "Dizia que queria saber de Teite e do cacique Babau e que queria fuzilá-los quando o encontrar". Esta mesma denuncia feita por nos, são as mesmas feitas pelos não índios que são coagidos para saber onde está o Cacique Babau e quando os mesmo não saber responder eles fazem ameaças do Exército.

No dia 22 de março de 2014, a índia Jeovana menor de idade 14 anos, estava vindo da casa de farinha aproximadamente 1Km ½ para a sua residência ela diz que foi abordada por alguns policiais, a mesma estava sozinha, os mesmos a revistou fazendo toques em seu corpo e pediu que levanta-se sua blusa a mesma ficou muito constrangida com a situação. No dia 23 de março de 2014 retornou vários homens policiais, abordou um pequeno grupo de produtores em suas residências, querendo que os mesmos desse suas propriedades para eles montarem outra base Militar. Os Policiais fizeram muitas perguntas e com as mesmas ameaças expressando e afirmando que quer fuzilar o cacique e seus irmãos, os mesmo falam, "os fazendeiros perde a terra mas pelo menos o líder dos Tupinambás vamos matar".

Eu cacique Babau estou 24 quatro hs dentro da aldeia sempre no mesmo local, por dia no mínimo 200 pessoas tem o contato com minha pessoa. Queremos saber porque esses policiais estão ameaçando famílias índias e não índias para me encontrar e me matar, pois todos sabem onde eu moro, todas as vezes que os líderes deles querem falar comigo eu sempre recebi. Mas não dar para aceitar que policiais mandado supostamente para proteger fique junto com a direção da Coelba e supostos fazendeiros forjando provas e incriminando situações para denegrir a imagem das pessoas e da aldeia inteira, como se seus líderes fossem criminosos por lutar pelos seus direitos.

"Se alguma coisa acontecer com minha pessoa e meus irmãos, foi essa Policia que esta aqui na região, que o ministro mandou para a aldeia. Sendo que a ordem de matar partiu do Deputado Geraldo Simões".

Rosivaldo Ferreira da Silva

Rosivaldo Ferreira da Silva – Cacique Babau.



Campanha pela homologação da Terra Indígena Morro dos Cavalos (SC) é lançada hoje

SÍTIO CIMI, 25.03.2014

A comunidade Guarani em Santa Catarina lança nesta terça-feira (25), às 20 horas no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado, uma campanha pela imediata homologação da Terra Indígena (TI) Morro dos Cavalos, localizada no município de Palhoça. Os Guarani recolherão assinaturas pela finalização do processo de demarcação de seu território.

Histórico

A TI Morro dos Cavalos tem 1.988 hectares e foi reconhecida como de ocupação tradicional da Comunidade Indígena Guarani em 1993. Submetida ao Decreto 1775/96 passou por novos estudos e em 2008 o Ministro da Justiça assinou a Portaria Declaratória. Em 2011 a Fundação Nacional do Índio (Funai) procedeu a demarcação física e desde então aguarda a assinatura da Presidenta Dilma, que tem se recusado a assinar a portaria por conta da relação política com empresários e políticos catarinenses contrários aos direitos indígenas.

Sobre a TI foi criado o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, ainda na década de 1970, porém não é o Parque o principal empecilho ao processo demarcatório. Opõe-se a ele empresários do ramo de turismo e exploração de água que estão de olho no rico manancial que nasce no interior da TI.

Atualmente a comunidade conta com 138 pessoas e vive em menos de dois hectares, confiada entre o morro e a rodovia BR-101, que corta a TI.

A Homologação é o último passo para que Funai proceda o pagamento das benfeitorias das 74 famílias de posseiros que vivem sobre a área e para que a comunidade possa ocupar toda a terra.



Mutirão realiza emissão gratuita de documentos em municípios do interior

SÍTIO G1, 25.03.2014

*Ações ocorrerão em localidades de Pernambuco e do Ceará.
Iniciativa tem o objetivo de garantir a inclusão social do público-alvo.*

A partir desta terça-feira (25) trabalhadoras rurais e familiares de municípios do interior de Pernambuco e do Ceará receberão um mutirão de documentação. No Agreste pernambucano, mulheres dos municípios de Águas Belas (25 e 26) e de Bom Conselho (27 e 28), poderão receber os serviços.

Já no Ceará, as ações ocorrerão em Boa Viagem (25 e 26), Madalena (27), Caridade (28 e 29) e Paramoti (31 de março e 1º de abril). A iniciativa é do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e tem o objetivo de garantir o acesso à documentação civil, trabalhista e previdenciária do público-alvo.

De acordo com a coordenadora de Acesso à Terra e Cidadania, Layla Torres, do MDA, o mutirão é importante devido à demanda da documentação. "Esses mutirões são realizados a partir da demanda dos movimentos sociais. Então, levamos a essas mulheres o primeiro instrumento de inclusão social, que é o acesso à documentação", afirma. Ainda segundo a coordenadora, durante os atendimentos serão realizadas palestras e orientações sobre como acessar políticas públicas, violência contra a mulher e serviços previdenciários.

Os serviços são gratuitos. O horário de atendimento é das 8h às 17h. Em Águas Belas, o primeiro dia emissão de documentos será no Povoado Curral Novo. No segundo dia, ocorrerá na Aldeia Indígena Fulni-ô e no Espaço Nordeste, que fica localizado na Praça Nossa Senhora da Conceição, em frente à prefeitura. No município de Bom Conselho, o primeiro dia de serviços ocorrerá no distrito Rainha Isabel e o segundo dia será no distrito Logradouro dos Leões.



Polícia apreende madeira ilegal após denúncias em Manacapuru, no AM

SÍTIO G1, 25.03.2014

*Madeira apreendida será doada para auxiliar afetados pela cheia.
Homem vai responder por crime ambiental, diz polícia.*

Diego Toledano

Mais de oito metros cúbicos de madeira serrada sem o Documento de Origem Florestal (DOF) foram apreendidos no município de Manacapuru, a 68 km de Manaus, na noite desta segunda-feira (24). A ação, segundo informações do Batalhão Ambiental, ocorreu após denúncias anônimas.

Segundo o sargento Ivanir Máximo, um homem fazia o deslocamento da madeira de um barco no momento da apreensão. "Foi dada a voz de prisão assim que realizamos o flagrante. Ele não resistiu e irá responder por crime ambiental", contou.

Máximo informou que a madeira apreendida será doada para a Defesa Civil do Amazonas para trabalhos de auxílio a moradores ribeirinhos afetados pela cheia dos rios no Amazonas.

O suspeito foi levado ao 1º Distrito Integrado de Polícia (DIP) do município, onde assinou um Termo Circunstancial de Ocorrência (TCO). A Delegacia Especializada em Crimes Contra o Meio Ambiente (Dema) investigará o caso.



Boletim de Notícias - Edição nº 55./ 2014

Brasília, 26 de março de 2014.

Videoconferência homenageia o centenário de Carolina de Jesus

SÍTIO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 25.03.2014

Debate acontece nesta terça-feira, 25, das 13h às 15h, com participação do jornalista e escritor Audálio Dantas, que descobriu os escritos de Carolina de Jesus

Para comemorar o centenário de nascimento da escritora Carolina de Jesus, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, em parceria com o Núcleo de Educação e Inclusão, promove uma videoconferência transmitida para todo o Estado, através das 91 diretorias de ensino e dos 13 polos regionais da Secretaria da Educação.

O debate acontece nesta terça-feira, 25, das 13h às 15h. Participam a coordenadora de Políticas Para a População Negra e Indígena, Elisa Lucas, o jornalista e escritor Audálio Dantas - que descobriu os escritos de Carolina de Jesus - e a assistente técnica do Núcleo de Educação e Inclusão, Edna Rosa.

Os interessados em acompanhar a videoconferência podem acessar o link: <http://www.media.rededosaber.sp.gov.br/aovivo2>, disponível a partir das 13h. Para interagir e enviar perguntas encaminhe email para faleconosco@rededosaber.sp.gov.br.

Carolina de Jesus era catadora de papel na favela do Canindé, em São Paulo, quando publicou, em 1960, "Quarto de despejo - Diário de uma favelada", relatando de maneira simples e sincera seu dia a dia junto aos moradores da Canindé. Seu livro se tornou best-seller, vendendo 80 mil exemplares no Brasil, além de ganhar tradução para 15 idiomas.

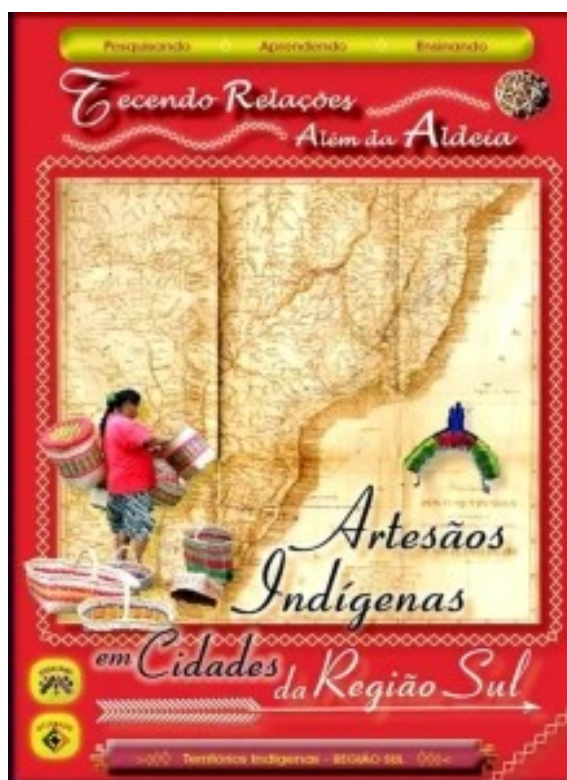
SERVIÇO

Videoconferência do centenário da escritora Carolina de Jesus

Dia 25 de março, das 13h às 15h

<http://www.media.rededosaber.sp.gov.br/aovivo2>.

Tecendo relações além da aldeia
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.03.2014



É com este título que a publicação – Artesãos Indígenas em Cidades da Região Sul – acaba de ser editada por representantes Kaingang, Guarani, Pataxó Hãhãe e o Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN).

A cartilha tem como objetivo principal promover um melhor conhecimento e maior compreensão sobre a presença e permanência temporária de famílias indígenas artesãs nas cidades da Região Sul. Mostra a importância cultural, social e econômica que esta forma de comercializar o artesanato, e de caminhar no tempo e no espaço, tem na vida das comunidades kaingang e guarani. Coloca também algumas das dificuldades que elas enfrentam durante a sua estadia fora da aldeia.

Finalmente, alerta sobre a necessidade urgente, e demanda para a sociedade e suas instituições, de estabelecer uma melhor relação e tratamento, assim como de condições mais adequadas que respeitem os seus direitos como cidadãos e povos tradicionais diferenciados no seu modo de ser, estar e se relacionar com o mundo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 55./ 2014

Brasília, 26 de março de 2014.

O direito à diferença, como um direito humano fundamental na perspectiva de uma sociedade plural, constitui o horizonte norteador deste trabalho, e é o que os seus autores: Lucia Fernanda Jófej, Sueli Krengre Cândido, Alexandra Carvalho de Palazuelos, Miguel Rãrir Ribeiro, Joel Kuaray Pereira, Zico Fojit Ribeiro, Merong Tapurumã e José Manuel P. Palazuelos Ballivián, buscam promover, defender e transmitir para a sociedade através dos artigos que compõem o conteúdo desta nova obra.

A publicação teve como revisores Renate Gierus, Coordenadora Programática do Comin e a Erny Mugge. Também contou com o apoio financeiro da Federação Luterana Mundial (FLM), a Ajuda da Igreja da Noruega (AIN) e o Departamento de Assuntos Indígenas (DAI) da Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura (ISAEC); ficando sob responsabilidade da Editora OIKOS a sua impressão, em São Leopoldo.

Dados da publicação: Tecendo relações além da aldeia: artesãos indígenas em cidades da região sul. / Organizador José Manuel Palazuelos Ballivián. São Leopoldo: Oikos; Comin, 2104. 40 p.; 15 x 21 cm. ISBN 978-85-7843-374-1.



Ministério do Esporte anunciará sede do 1º Mundial Indígena

SÍTIO PORTAL BRASIL, 26.03.2014

Esta semana começaram as visitas técnicas às três cidades pré-selecionadas para receber o evento, previsto para julho de 2015

O Ministério do Esporte e o Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC) anunciarão no dia 19 de abril – data em que se comemora o Dia do Índio – a cidade-sede da primeira edição mundial dos Jogos dos Povos Indígenas. Esta semana começaram as visitas técnicas às candidatas pré-selecionadas por localização - na Região Amazônica - para receber o evento, previsto para julho de 2015. Palmas e as cidades paraenses de Marabá e Belém estão no páreo. O lançamento oficial dos jogos deve acontecer em agosto deste ano.

“Durante nossa visita, estreitamos os laços com os gestores municipais das cidades candidatas e fizemos uma apresentação detalhando a programação dos jogos, quando explicamos as obrigações da cidade-sede. Em seguida, entregamos o modelo do projeto e a lista de exigências aos prefeitos, que têm até 7 de abril para apresentar suas propostas”, informou Andrea Ewerton, diretora de Desenvolvimento de Políticas Públicas e Programa Intersetoriais, do Ministério do Esporte.

Acompanhada pelo diretor do Comitê Intertribal, Carlos Terena, Andrea Ewerton foi recebida nesta terça-feira (25) pelo prefeito de Marabá, João Salame. A equipe conheceu possíveis estruturas esportivas para receber o mundial indígena: o Centro de Iniciação Esportiva, a praia do Tucunaré, os estádios Zinho de Oliveira, o municipal em construção, e o ginásio de esporte Renato Veloso.

“É muito importante estar entre as três cidades pré-selecionadas pelo Ministério do Esporte, principalmente pela localização, na região da Amazônia, com nossa natureza exuberante e nossos equipamentos esportivos, afirmou, orgulhoso, João Salame. Em seguida, o prefeito assumiu um compromisso. “Vamos nos organizar para que nosso projeto esteja a contento e que possamos realizar o mundial indígena da melhor forma possível.”

Na segunda (24) foi a vez de Palmas receber a visita da equipe. O prefeito Carlos Amastha, acompanhado pelo presidente da Fundesportes, tenente Cleyton Alen, recepcionou Andrea Ewerton e Carlos Terena na sede da diretoria de meio ambiente. O encontro reuniu gestores municipais, representantes do governo do estado, da Universidade Federal do Tocantins, e atletas indígenas, que assumiram o empenho em colaborar na realização dos jogos.

Depois a comitiva visitou a escola Padre Jósimo, o Centro de Convenções, o Parque Cesamar, o Espaço Cultural, as praias da Graciosa e das Arnos, além do braço do Ribeirão Taquaruçu, onde está prevista a instalação da Raia Olímpica de Canoagem. Ao apresentar as obras de reforma na cidade, Carlos Amastha defendeu a candidatura de Palmas. “Além de uma maravilhosa localização, mobilidade, e o lago, temos a vontade de fazer. Contem conosco”, argumentou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 55./ 2014

Brasília, 26 de março de 2014.

Capital paraense

Nesta quarta-feira (26) será a vez de Belém receber a visita do Ministério do Esporte e do Comitê Intertribal. O encontro com o prefeito Zenaldo Coutinho e gestores municipais será no Palácio Lemos, Praça Dom Pedro II, cidade Velha. À tarde, está programada a visita aos possíveis locais dos jogos.

Jogos Mundiais Indígenas

A primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas foi aprovada no ano passado, durante a realização dos Jogos dos Povos Indígenas, em Cuiabá. No evento, líderes estrangeiros de 17 países - incluindo o Brasil - e índios de 48 etnias nacionais reuniram-se com o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, e com o coordenador-geral de políticas esportivas indígenas, Rivelino Macuxi, para discutir a primeira versão do mundial.

Fonte:
Ministério do Esporte



Escolas indígenas de Caucaia mantêm viva cultura da tribo tapeba

SÍTIO TRIBUNA DO CEARÁ, 26.03.2014

A Escola Indígena Índios Tapeba, localizada em Caucaia, é uma das 13 escolas da comunidade Tapeba

Marcella Ruchet em Ceará

Se em alguns colégios a sexta-feira é dia de educação física, na Escola Indígena Índios Tapeba é a vez de um ritual próprio da comunidade: o Toré. A cerimônia acontece duas vezes ao dia, no início das aulas da manhã e no fim do expediente da tarde. "O ritual dura 30 minutos, cantamos nossas músicas e dançamos", explica Rita de Cássia, diretora da escola.

A instituição de Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza, já começou com um contato especial com a natureza. O início foi embaixo de um cajueiro. "A escola foi criada em 1990, foi crescendo aos poucos e agora está aqui, nesse espaço, desde 2006", conta Sheiliana do Prado, professora da escola, cheia de orgulho.

Por algum tempo esta foi a única escola do grupo indígena. Hoje o número cresceu: são 13 instituições de ensino, divididas entre as comunidades tapebas. A tribo conta com 6.400 índios, que vivem em Caucaia. "São 17 comunidades dentro de um território de 5.800 hectares", enumera Weibe Tapeba, presidente da Associação da Comunidade dos Índios Tapebas.



A escola está no novo espaço desde o ano de 2006
(FOTO: Marcella Ruchet / Tribuna do Ceará)

CONT.



Sheiliana, professora do 6º ano até o ensino médio, explica que na escola os alunos são ensinados a partir do método convencional, com matérias como português, matemática e ciências. E os estudantes saem de lá prontos para entrar na universidade. Mas eles também têm professores próprios para ensinar a cultura indígena. "Nós passamos para eles, além do conhecimento comum, o conhecimento dos índios", esclarece.

Na escola são cerca de 230 alunos. Eles se dividem nas sete salas de aula, que a professora revela que não comportam a demanda. "A sala dos professores virou sala de aula e o almoxarifado também." Segundo ela, a Secretaria da Educação do Ceará (Seduc) já prometeu a ampliação da escola, mas até agora nada foi feito. Eles prometeram também um novo laboratório e uma quadra de esportes. "A gente já recebeu as cadeiras para os alunos, mas ainda não temos as salas. E precisamos também de uma quadra, porque os alunos fazem educação física no campo da comunidade, no sol e sem estrutura", conta.

Rita de Cássia está no cargo de diretora da escola há cinco anos, e por 17 anos foi professora. Ela relembra com orgulho das conquistas da instituição de ensino. "Hoje os alunos têm aula de artesanato, onde desenvolvem as peças que participam de exposições no fim do ano e também são vendidas", conta.

No mês de abril, em comemoração ao Dia do Índio, a escola vai desenvolver uma semana diferente e no encerramento uma festa com exposição de artesanato, comidas típicas e brincadeiras indígenas. A festa é aberta ao público e acontece na Lagoa do Tapeba, que pertence a comunidade. O mês de abril é especial, porque além da festa do Dia do Índio a Escola Tapeba comemora 24 anos de existência e, como todos os anos, os profissionais e alunos vão fazer parte de uma grande festa.

A diretora explica que por conta do ensino um pouco diferenciado, os professores precisam de formação diferente também. Para ser professor da escola, que conta com 24 profissionais, além da formação em Pedagogia, é necessário um curso de magistério indígena. "A Seduc inclusive está finalizando mais uma turma do magistério", finaliza.



Estado publica resultado de prova discursiva para professor indígena

SÍTIO JORNAL DA CHAPADA, 26.03.2014

O Diário Oficial do Estado (DOE) desta quarta-feira (26) publica o resultado definitivo da prova discursiva referente ao concurso público para professor indígena, primeiro para a função já realizado em todo o país. A mesma edição divulga o resultado provisório da primeira etapa do certame.

Aplicada no dia 12 de janeiro deste ano, a prova aconteceu nas cidades de Porto Seguro, Ilhéus, Paulo Afonso, Ibotirama e Ribeira do Pombal, sob a organização da Consultoria em Projetos Educacionais e Concursos (Consultec).

O concurso realizado pelas secretarias estaduais da Administração (Saeb) e Educação disponibilizou 390 vagas para o cargo, distribuídas por Direc – Diretorias Regionais de Educação/Município /Aldeia /Escola, com a destinação de 5% para pessoas com deficiência.

Os candidatos aprovados irão atuar em escolas situadas em aldeias nos municípios de Ilhéus, Buerarema, Pau Brasil, Santa Cruz Cabralia, Prado, Rodelas, Abaré, Glória, Banzaê, Euclides da Cunha, Ibotirama e Muquém do São Francisco.



Roberto Costa intercede contra criação de reserva indígena nos municípios de Vitorino Freire, Bom Lugar, Bacabal e Olho d'Água das Cunhãs

SÍTIO BLOG DO DIEGO EMIR, 26.03.2014

O deputado estadual Roberto Costa (PMDB) destacou em seu discurso nesta terça-feira (25), na Assembleia Legislativa, o processo que transita na Justiça Federal e considera a possibilidade de desapropriação de uma área de mais de mil hectares que abrange os municípios de Vitorino Freire, Bom Lugar, Bacabal e Olho d'Água das Cunhãs, que segundo o Ministério Público Federal pertence à tribo indígena Krenyê, e solicitou a criação de uma Comissão Especial para acompanhar a problemática e buscar uma solução que atenda a todos os atingidos com a possível criação de uma nova reserva indígena.

A ação civil pública iniciada pelo Ministério Público Federal há 12 anos recebeu, nos últimos dias, uma decisão favorável do juiz federal José Carlos do Vale Madeira, determinando que a Fundação Nacional do Índio (Funai) constituísse um grupo técnico e iniciasse todo o processo de estudos antropológico, cartográfico e ambiental desse local habitado pelos índios Krenyê a cerca de 70 anos atrás, para a constituição de uma nova reserva indígena.

Roberto Costa, que conversou com os prefeitos e lideranças políticas dos municípios atingidos, falou que o anúncio da decisão judicial deixou alarmados os moradores da região e prejudica ainda a economia local. "A criação desta nova reserva indígena atinge diretamente a todos esses municípios e atinge também pequenos e médios produtores, inclusive os trabalhadores rurais, porque se for executado esse processo de criação da reserva, nós teremos um prejuízo incalculável em toda aquela região", advertiu.

Ele sugeriu que a Assembleia Legislativa tome medidas no sentido de ajudar na solução do problema e também buscou apoio junto ao senador João Alberto e ao deputado federal Alberto Filho. "Não se discute aqui a questão de garantir os direitos a eles, mas não se pode garantir os direitos a eles, só a eles, em detrimento de uma população que necessita de apoio, porque essa decisão atinge diretamente os pequenos produtores e trabalhadores rurais", argumentou.

Reunião no Ministério Público Federal

Durante a tarde, o deputado Roberto Costa, acompanhado pelo prefeito de Bom Lugar, Sérgio Miranda, secretários municipais e lideranças políticas dos municípios de Vitorino Freire, Bom Lugar, Bacabal e Olho d'Água das Cunhãs estiveram reunidos na sede do Ministério Público Federal com o juiz federal José Carlos do Vale Madeira para solicitar mais informações e orientações sobre o processo que tramita sobre a possível desapropriação das terras pertencentes à tribo indígena Krenyê, originária do local.

O juiz Madeira destacou que "o processo já foi iniciado e aguarda relatório técnico da Funai para que possa ser analisado. E, somente a partir daí, seja ou não demarcado as terras. No

CONT.



entanto, a Funai sustenta que não haveria interesse processual no Ministério Público Federal, e até pretende a improcedência da ação sob o fundamento de não dispor de recursos financeiros para tocar este projeto neste momento, e que a demarcação poderia ser realizada em outro momento já que não haveria prescrição para a instauração de uma ação que pudesse culminar com a demarcação da terra indígena”, argumentou.

De acordo com Maria Soares dos Santos Barbosa, secretária de agricultura de Bom Lugar e moradora a 64 anos do local, a população ainda está bastante carente de informações e, por isso, alarmada com a possível demarcação das terras para a constituição de uma nova reserva indígena. “São cerca de vinte mil famílias que residem nesse território de mais de mil hectares que abrange todo o município de Bom Lugar, e parte de Vitorino Freire, Olho d’Água das Cunhãs e Bacabal. Todos anseiam por informações e estão preocupados porque sempre viveram suas vidas nestes lugares”, frisou.

Após a reunião no Ministério Público Federal, o deputado Roberto Costa conversou com a Comitativa dos municípios, na sala de Comissões na Assembleia Legislativa, onde alinharam decisões e agendaram novas reuniões para acompanhar o processo.



UEMS prorroga inscrições de curso preparatório para negros e índios

SÍTIO ITAPORÁ AGORA, 26.03.2014

Foi estendido até o dia 04 de abril o prazo de inscrições para a seleção de entrada no curso "Formação Pré-acadêmica: equidade na pós-graduação", oferecido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas da Universidade Católica Dom Bosco (NEPPI/UCDB) em Campo Grande e pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) em Dourados.

O curso, financiado pela Fundação Ford e a Fundação Carlos Chagas, tem o objetivo de preparar negros e indígenas para concorrerem a programas de mestrado ou doutorado. Tem carga horária de 200 horas e prevê atividades obrigatórias como encontros, aulas práticas, tutoria e avaliações. Essas atividades poderão ser desenvolvidas, a critério da coordenação do curso, às sextas à noite, sábados, domingos e/ou feriados, conforme cronograma que será elaborado. As matérias oferecidas são Português Acadêmico, Língua Estrangeira (Inglês), Metodologia de Pesquisa e Projetos e Seminário de Projeto de Pesquisa.

O processo seletivo prevê o preenchimento de 100 vagas, sendo 50 delas na UCDB em Campo Grande e as outras 50 na UEMS em Dourados. Em cada localidade, são 20 vagas para indígenas, 20 para negros (pretos e pardos) e 10 para graduandos negros e indígenas que estejam cursando o último ano da graduação em 2014.

Para participar do processo de seleção, o candidato deve ter diploma de graduação, ser oriundo de grupos sociais sub-representados no ensino superior, nominadamente negros (pretos e pardos) e indígenas e ser brasileiro ou estrangeiro com situação regular no Brasil.

Na UEMS o curso é coordenado pela professora Beatriz Landa, e na Católica, pela professora Eva Maria Ferreira e Essa será a terceira turma do curso. As atividades da primeira turma tiveram início no segundo semestre de 2012.

Mais informações e solicitação do edital pelos telefones 3312-3590 (UCDB) e 3902-2635 (UEMS) ou pelos e-mails equidade@uems.br e neppiucdb@gmail.com.

Fonte: Dourados News.



Professor é agredido por indígenas em Mato Castelhana

SÍTIO CONSULTOR JURÍDICO, 18.11.2013

Um professor de 55 anos foi agredido por três mulheres indígenas durante a tarde de terça-feira (25), na reserva indígena de Mato Castelhana. O professor, que é o representante da 7ª Coordenadoria Estadual da Educação para as questões indígenas, conversava com o cacique no acampamento quando três mulheres se aproximaram e passaram a agredi-lo com tapas, socos e chutes.

O professor ainda pediu auxílio ao cacique que, conforme o boletim de ocorrência registrado na Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento, não fez nada para impedir as agressões. A vítima conseguiu se desvencilhar das agressoras e correu em direção à BR-285, porém, seu carro permaneceu dentro da reserva. Somente com o auxílio de um morador da reserva o professor conseguiu chegar até o veículo para retornar a Passo Fundo. A vítima teve lesões no rosto e em uma das mãos, além de ter as roupas danificadas pelas agressoras. O professor não irá representar juridicamente contra as mulheres.

Fonte: O Nacional.



Indígenas ocupam prédio do Distrito Sanitário de MS em Campo Grande

SÍTIO NOTICIDADE, 26.03.2014

Indígenas ocupam desde essa segunda-feira (24) o DSEI/MS (Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul (DSEI/MS), em Campo Grande.

De acordo com Uilson Terena, representante do grupo, o objetivo do movimento é chamar atenção das autoridades para a situação do atendimento em saúde nas aldeias do estado, que, segundo eles, está precário.

"Tem viatura sucateada, falta de materiais para os profissionais trabalharem e a estrutura dos postos está precária", fala Terena. Ele diz que estão no prédio da DSEI cerca de 100 índios de várias aldeias do estado, representando todas as etnias.

Ele explica que o movimento é pacífico e só termina quando o secretário especial de Saúde Indígena, Antônio Alves, vier a Mato Grosso do Sul e conversar com os indígenas.

"Nós queremos a presença do Antônio Alves. Ele prometeu vir ano passado e não veio", afirma. Uilson Terena declara ainda que a presença dos funcionários no local é permitida pelos índios.

Entre setembro e outubro de 2013, indígenas do estado ocuparam a DSEI por aproximadamente 20 dias. Eles só saíram do prédio após a exoneração do coordenador distrital, Nelson Ozalar. À época, os índios já denunciavam a precariedade no atendimento em saúde nas aldeias.



Deputados criticam criação de nova reserva indígena no Maranhão

SÍTIO O PROGRESSO, 26.03.2014

Os deputados Roberto Costa (PMDB), Stênio Rezende (PRTB) e Carlos Alberto Milhomem (PSD) ocuparam a tribuna, na sessão desta terça-feira (25), para criticar o anúncio de criação de uma nova reserva indígena no interior do Maranhão.

O primeiro a abordar o assunto foi o deputado Roberto Costa, que anunciou ter entrado, junto à Mesa Diretora, com um pedido de criação de uma Comissão Especial, para tratar da criação de uma reserva para a tribo Krenyê, na região do Mearim.

Ele informou que o Ministério Público Federal ajuizou uma ação civil pública há 12 anos e que, na semana passada, houve uma decisão da Justiça Federal determinando que a Funai inicie o processo de criação desta nova reserva indígena.

Segundo Roberto Costa, o anúncio da decisão judicial deixou alarmados os moradores da região. Ele já esteve reunido com lideranças políticas dos municípios de Vitorino Freire, Bom Lugar, Bacabal e Olho d'Água das Cunhãs.

"A criação desta nova reserva indígena atinge diretamente a todos esses municípios e atinge também pequenos e médios produtores, inclusive os trabalhadores rurais porque se for executado esse processo de criação da reserva, nós teremos um prejuízo incalculável em toda aquela região", advertiu Roberto Costa.

Ele sugeriu que a Assembleia Legislativa tome medidas no sentido de ajudar na solução do problema. "Os índios Krenyê viveram naquela região há 70 anos, não se discute aqui a questão de garantir os direitos a eles, mas não se pode garantir os direitos a eles, só a eles, em detrimento de uma população que necessita de apoio, porque essa decisão atinge diretamente os pequenos produtores e trabalhadores rurais", argumentou.

O deputado Stênio Rezende manifestou apoio ao discurso do deputado Roberto Costa, frisando que a decisão da Justiça Federal afeta diretamente a população de Vitorino Freire, Bom Lugar, Bacabal e Olho d'Água das Cunhãs.

"Mas o município que pega grande área do seu território, sem dúvida nenhuma, é a minha querida terra natal, Vitorino Freire, onde essa decisão compromete parte significativa, algo em torno de 40% do território de Vitorino. Eu nasci e me criei naquela cidade, conheço quase todo mundo pelo nome. De forma que essa decisão nos pegou realmente de surpresa", assinalou Stênio Rezende.

De igual modo, o deputado Carlos Alberto Milhomem manifestou apoio ao discurso de Roberto Costa explicando que há um projeto para a criação de uma reserva destinada a uma tribo indígena extinta, na região do Médio Mearim. Milhomem também manifestou apoio à criação

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 55./ 2014

Brasília, 26 de março de 2014.

de uma Comissão Especial para tratar do assunto na Assembleia Legislativa, mas sugeriu que também haja uma mobilização da bancada federal, no sentido de tentar resolver o problema.

(Agência Assembleia)



Projeto une agricultores familiares indígenas e não-indígenas para recuperar áreas degradadas através de Sistemas Agroflorestais

SÍTIO REPÓRTER DO ARAGUAIA, 26.03.2014

Associação Indígena APINUT é proponente do Interagir, que aposta na parceria como forma de recuperar a integridade dos ecossistemas

Aliar a sabedoria tradicional indígena com o conhecimento de agricultores familiares foi a solução encontrada para recuperar o solo degradado na região de Santa Terezinha, noroeste de Mato Grosso. Trata-se do Projeto Interagir, patrocinado pela Petrobras, através do Programa Petrobras Socioambiental, que tem mudado a forma de produzir e olhar para a terra em uma área marcada por um histórico de conflitos e invasões.

Desde que iniciou suas atividades, no segundo semestre de 2013, o Interagir já implementou os Sistemas Agroflorestais – SAFs em 20 hectares dos 90 previstos nas Terras Indígenas Tapirapé/Karajá e do Projeto de Assentamento Presidente, o assentamento de reforma agrária mais antigo do município.

Os SAFs são uma alternativa de produção agrícola sustentável que consorcia florestas com a produção de alimentos. Entre as suas principais vantagens estão a melhora na qualidade de adubação da terra, o menor custo para manutenção, a não utilização de agrotóxicos e a possibilidade de cultivo de várias espécies em um mesmo espaço.

A realização do Interagir só foi possível devido à iniciativa dos indígenas da aldeia Măjtyri, através da Associação O Povo Indígena da Nação Unida Tapirapé (APINUT), que luta pela afirmação e dignidade socioambiental das comunidades da bacia hidrográfica Araguaia - Tocantins. Entretanto, o trabalho desenvolvido não beneficia apenas os nativos. “O protagonismo dos indígenas possibilitou uma quebra de preconceitos, por meio da união inédita de culturas distintas”, afirma Flávia Andrade, coordenadora do projeto.

O “Interagir” surgiu da necessidade de reverter um processo histórico de ocupação sem nenhum tipo de planejamento em Santa Terezinha. O manejo inadequado causou a destruição dos recursos naturais, principalmente das florestas, que, com o decorrer do tempo, foram fragmentadas e deram lugar às pastagens, culturas agrícolas e cidades.

Ações do Projeto

Alunos de Santa Terezinha participam das atividades

O Interagir já levou agricultores familiares e indígenas para conhecerem os sistemas agroflorestais estabelecidos no entorno do Distrito Federal, bem como ofereceu uma oficina

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 55./ 2014

Brasília, 26 de março de 2014.

lúdico-participativa com temáticas ambientais para alunos e professores das escolas do assentamento e da Aldeia Măjtyri.

Até julho de 2015, o projeto revitalizará 45 hectares de mata ciliar e reverterá 180 hectares de área degradada em área produtiva. Para acompanhar as novidades do Interagir, basta acessar o site www.projetointeragir.org e as redes sociais: <https://www.facebook.com/pages>



RJ – A Questão Indígena e o Poder Judiciário, em 10 e abril

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.03.2014

Programa de Estudos Avançados

A Questão Indígena e o Poder Judiciário

Público-Alvo
Magistrados Federais, Promotores, Procuradores da República, Professores, Advogados, Operadores do Direito, Servidores do Poder Judiciário, Estudantes de Direito e demais Interessados

Programação
9h às 9h30 - ABERTURA: Dr. Guilherme Calmon, Desembargador Federal, Diretor-Geral da ENAM e Conselheiro do CNJ
9h30 às 10h40 - PAINEL 1: "O critério da autoidentificação como defensor da identidade"
Mediadora: Juíza Federal Michelle Meneses
Palestrantes: Deborah Duprat – Subprocuradora-Geral da República – Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal
Ana Elza de Castro Freitas – Antropóloga, Mestre em Ecologia (1996) e Doutora em Antropologia Social (1995) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
11h às 13h - PAINEL 2: "O direito à terra e o papel da FUNAI: do processo administrativo à judicialização"
Mediadora: Juíza Federal Adriana Cruz
Palestrantes: Maria Augusta Assirati – Presidenta da FUNAI
Carolina Ribeiro Santana – Coordenadora Regional da FUNAI no Sul da Bahia
Julio José Araújo Junior – Procurador da República no Amazonas
Sam Prosser – Juiz Federal em Curitiba/PR
Jefânia Batista de Carvalho – Advogada

14h às 15h30 - PAINEL 3: "Os direitos fundamentais das minorias étnicas"
Mediador: Juiz Federal Paulo César Rodrigues
Daniel Simeoni – Procurador Regional da República no Rio de Janeiro/RJ
Eduardo Cesar Paredes de Carvalho – Defensor Público Federal no Rio de Janeiro/RJ

16h às 17h30 - PAINEL 4: "Exploração de recursos em terras indígenas e impactos socioambientais de empreendimentos"
Mediadora: Juíza Federal Fernanda Duarte
Juíza Maria Pinto Kruse – Juíza Federal em Manaus/AM
Felicis Pontes Jr. – Procurador da República no Piauí

Inscrições Gratuitas na EMARF
• PARA MAGISTRADOS FEDERAIS DA 2ª REGIÃO
Pelo módulo do CAE: www.trf2.gov.br/emarf
• PARA OS DEBATES INTERESSADOS DO RIO DE JANEIRO
www.trf2.gov.br/emarf/cursosemarf.html

Local: Auditório do TRF2
Rua Acre, 80 - 3º andar - Rio de Janeiro - RJ

10 de Abril de 2014
das 9h às 18h

Horas de Estágio pela OAB/RJ

Realização: EMARF, Conselho Nacional de Justiça, Ministério Público Federal, FUNAI, TRF2, ABRUF, etc.

No dia 10 de abril, mês em que se comemora o dia do Índio, será realizado no Auditório do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 2ª REGIÃO, o Programa de Estudos Avançados: A Questão Indígena e o Poder Judiciário. Bem sugestivo. Este programa tem como coordenador o Desembargador Guilherme Calmon, conselheiro do Conselho Nacional de Justiça e terá como palestrante Deborah Duprat, a Subprocuradora-Geral da República – Coordenadora da e. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, ambos são plenos conhecedores dos processos que envolvem os litígios da Aldeia Maracanã.

Além desses, também teremos a digníssima Maria Augusta Assirati, a Presidenta da FUNAI, como palestrante. Esta é outra que conhece a situação da Aldeia Maracanã, mas assume o papel de violadora dos direitos e interesses indígenas, de responsabilidade da FUNAI, através de seus procuradores, diretor, ouvidor e pelo diretor do Museu do Índio da FUNAI.

Nesse processo e nos demais que tramitam na Justiça Federal existem inúmeras decisões judiciais favoráveis aos indígenas e que a FUNAI, plena conhecedora da situação, além de não cumprir as decisões judiciais se coloca contrária aos indígenas facilitando e possibilitado a que, no imóvel da Aldeia Maracanã, sequer possa praticar a cultura, vender artesanatos e outras atividades culturais indígenas dentro da TI – Terra Indígena Aldeia Maracanã objeto da decisão da e. 7ª Vara Federal, ou seja, como é de domínio público o terreno está ocupado, atualmente, pela Odebrecht, pelo CHOQUE E BOPE.

CONT.



Esta é a destinação para esta TI, como ocorre nas demais terras indígenas deste país à fora onde o protagonismo indígena é coisa extraterrestre. Diante disto, do que já é de domínio público, das decisões judiciais existentes e como contribuição a@s colegas da UIAM – Universidade Indígena Aldeia Maracanã para este PROGRAMA tenho a dizer que são dois painéis:

PAINEL 1: “O critério da autoidentificação como definidor da identidade” Mediadora: Juíza Federal Michele Menezes – Palestrantes: Deborah Duprat – Subprocuradora-Geral da República – Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal Ana Elisa de Castro Freitas – Antropóloga, Mestre em Ecologia (1996) e Doutora em Antropologia Social (2005) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

PAINEL 2: “O direito à terra e o papel da FUNAI: do processo administrativo à judicialização”. Mediadora: Juíza Federal Adriana Cruz – Palestrantes: Maria Augusta Assirati – Presidenta da FUNAI – Carolina Ribeiro Santana – Coordenadora Regional da FUNAI no Sul da Bahia – Julio José Araujo Junior – Procurador da República no Amazonas – Ilan Presser – Juiz Federal em Cuiabá/MT.

Como o programa será aqui no RJ e aqui estão ajuizadas medidas judiciais de relevantes interesses indígenas, quilombolas e caçaras especialmente para a proteção e destinação às populações tradicionais das terras onde estão localizados, identificados e catalogados os cemitérios, sítios arqueológicos, sambaquis, prédios, fazendas indígenas, etc..., temos que aproveitar para tentar CENTRALIZAR esses irmãos e irmãs gestores públicos (do executivo e judiciário) à devolverem a POSSE INDÍGENA e a respeitarem os valores constitucionais e relacionados aos direitos das populações tradicionais.

O mínimo que cada uma das autoridades acima pode fazer, pois ganha, mau ou bem, para isso, é proteger, defender, garantir, valorizar, difundir, impedir as suas violações, especialmente nos processos judiciais e administrativos a eles destinados. No caso da Aldeia Maracanã o que se vê, comprovado e registrado, para não se falar nos processos e nas decisões judiciais é exatamente o contrário, chegando-se ao ponto de parte dos processos judiciais encontrarem-se suspensos e em nível de corregedoria.

Então, em vista dos processos judiciais e das decisões, indago a todos vocês:

Quem é o capitão do mato da QUESTÃO INDÍGENA?

Quem é o lambedor de “Cú’tuvelo” do capital contra os direitos Indígenas?

Quem faz programas com os direitos indígenas?

Quem esculacha os direitos indígenas?

Quem vende os direitos indígenas em plena luz do dia, em audiência e registrado em atas?

Quem é pago com o nosso dinheiro público para defender os direitos indígenas e defende os interesses do grande capital?

Quem é pago para defender e proteger os valores humanos, solidariedade, a prevalência dos direitos humanos, a diferenciação cultural, o bilingüismo, a imprescritibilidade, impenhorabilidade e a indisponibilidade entre outros valores constitucionais dos direitos indígenas e faz o contrário?

CONT.



Quem é que desconsidera e desrespeita a posse indígena aplicando as leis e os interesses do capital?

Como contribuição bibliográfica para quem irá participar deste PROGRAMA DE ESTUDOS AVANÇADOS A QUESTÃO INDÍGENA E O PODER JUDICIÁRIO indico o manejo e estudo dos processos judiciais em que já trataram e que ainda tramitam sobre os direitos e interesses indígenas da ALDEIA MARACANÃ, já entregue a todos vocês.

DICA 1 – Um dos pontos principais, pra mim, é o princípio constitucional da diferenciação cultural indígena. Prestem atenção a esse valor constitucional. Ele diz que os serviços públicos destinados ao segmento social indígena têm que ser diferenciados em vista da vulnerabilidade. A posse indígena é diferente da civil, enquanto nesta a especulação imobiliária e demais interesses econômicos predominam, naquela destina-se ao uso, aos costumes e as tradições indígenas. Então, o esbulho e a expropriação do terreno da Aldeia Maracanã teve e tem o objetivo de alterar a sua destinação indígena e atender aos interesses do CHOQUE, BOPE E ODEBRECHT. A diferenciação dos direitos indígenas destina-se, também e especialmente, ao serviço da prestação da justiça (art. 129, V, 232, 215 entre outros da CF), ou seja, nos processos que tratam dos direitos e interesses indígenas deve ser aplicada a diferenciação cultural, o protecionismo. Pois bem, os indígenas levaram ao conhecimento da Corregedoria do TRF2 graves violações administrativas (disciplinares) com fortes indícios de crimes. Além disso, em quase a totalidade dos processos se verifica que a diferenciação é garantida aos violadores dos direitos e os magistrados, de forma contumaz, não garantem o contraditório, ampla defesa, acesso a justiça, devido processo legal.

Dica 2 – A participação no programa é condição para a conclusão do curso de direito indígena da UIAM – Universidade Indígena Aldeia Maracanã, cujo departamento de ciências jurídicas que sou o Diretor. Portanto será reprovado e não receberá o diploma o aluno que não participar desse PROGRAMA e aquele que participar e conseguir intervir e apresentar moções e pedidos para que os gestores públicos envolvidos sejam punidos, no mínimo, disciplinarmente, será diplomado com louvores.”

Arão da Providencia

São 150 vagas no total e até o presente momento restaram 116. Para se cadastrar é preciso acessar o link <http://www.trf2.gov.br/emarf/cursousemarf.html> e seguir as opções: “INCREVER-SE ” > “Para os Demais Interessados no Rio de Janeiro” > “Ainda não é cadastrado?”

Após o cadastro, será necessário confirmar por e-mail e fazer a inscrição no Programa de Estudos Avançados: A Questão Indígena e o Poder Judiciário do dia 10 de abril.



Chefe munduruku vai a Washington denunciar projeto de usinas no Tapajós
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.03.2014

e o visto para os Estados Unidos sair a tempo, Josias Manhuary Munduruku, 36 anos, casado, dois filhos, embarcará nas próximas horas para Washington. "Fui convidado para fazer uma denúncia", diz o chefe dos guerreiros mundurukus, etnia que reúne 11.600 índios em 118 aldeias na Amazônia. "Temos a nossa voz. Temos que lutar pelos nossos direitos, pelo nosso rio, pela nossa floresta"

Daniela Chiaretti - Valor

A voz dos mundurukus tem se manifestado contra o projeto do governo de ocupar a bacia do rio Tapajós com hidrelétricas. Nos planos estão 3 usinas no Tapajós, 4 no Jamanxim, 5 no Teles Pires e 17 no Juruena. Os índios temem as usinas de São Luiz do Tapajós, Jatobá, Teles Pires e São Manoel, só para citar as mais famosas.

Josias deve falar em audiência na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). "É sobre a barragem. O governo não quer ouvir, não quer fazer consulta prévia com nós", disse.

A consulta aos povos indígenas, quando afetados por projetos, é prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Brasil ratificou a convenção, com aprovação no Congresso e promulgação pelo Executivo, mas ainda não há padrão de como fazer a consulta na prática. A experiência de Belo Monte é contestada pelos povos da região, que alegam não terem sido adequadamente ouvidos.

"Estamos lutando para sermos respeitados pelos governos que estão desrespeitando a legislação. É muita violação dos direitos humanos", diz. "Na Constituição está garantido, mas os governantes não estão cumprindo a lei."

Os mundurukus são "um povo de tradição guerreira, que dominava culturalmente a região do Vale do Tapajós, que nos primeiros tempos de contato e durante o século XIX era conhecida como Mundurukânia", diz o capítulo dedicado a eles no "Povos Indígenas no Brasil", do Instituto Socioambiental (ISA). São o principal foco de resistência às usinas do Tapajós.

Representam o que os caiapós de Raoni significaram para Belo Monte desde que o projeto no Xingu era conhecido por Kararaô. "Fizeram Belo Monte sem consulta prévia, tenho o vídeo. Não queremos do jeito que fizeram. Todo mundo tem que ser ouvido. As 118 aldeias mundurukus têm que ser ouvidas, com seus 118 caciques", diz Josias.

Na semana passada, ele esteve em Brasília e explicou sua visão das usinas a uma plateia de índios, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, extrativistas e outros afetados por hidrelétricas ou projetos de mineração na Amazônia. O evento foi promovido pelo Fórum da Amazônia Oriental (Faor), rede de organizações sociais da Amazônia Oriental

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 55./ 2014

Brasília, 26 de março de 2014.

“O projeto é uma destruição para nós, não vai prestar”, disse. “O que o governo quer? Quer que os indígenas fiquem divididos entre eles”, prossegue. “O povo aldeado não quer as usinas. Quer consulta prévia. Tem uns que querem, mas não representam o povo, estão ligados com o governo.”

Ele diz que a consulta “tem que ser também com os ribeirinhos e quilombolas. Principalmente os ribeirinhos, que vão ser mais prejudicados porque a terra deles não é demarcada. Temos dó daquelas pessoas que vão perder o lugar deles. A gente luta pela próxima pessoa, a geração que está vindo.”

Foi a terceira viagem de Josias a Brasília. Em junho de 2013, depois de ocuparem os canteiros de Belo Monte, 144 mundurukus foram trazidos em aviões da FAB para uma conversa com o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República. O diálogo foi nervoso. Episódios tensos marcaram a relação entre governo e mundurukus em 2013. Os índios sequestraram três biólogos da Eletrobras que faziam estudos na região. O governo reagiu, enviou a Força Nacional e disse que muitos índios estavam envolvidos com garimpos ilegais.



Módulo de curso em Manejo Florestal Comunitário será em Santarém

SÍTIO G1, 26.03.2014

Aulas no município serão realizadas no período de 24 a 27 de abril. Interessados têm até sexta-feira (28) para fazer inscrição.

O primeiro módulo do Curso de Formação de lideranças em Manejo Florestal Comunitário, realizado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e Instituto Federal do Pará (Ifpa), campus Castanhal, será realizado em Santarém, oeste do Pará, no período de 24 a 27 de abril, conforme informou o assistente de projetos do IEB, Marcos Silva, ao G1.

O objetivo da capacitação é fortalecer o manejo florestal comunitário e familiar, além da governança florestal no território paraense, a partir da formação de lideranças aptas a desenvolverem aspectos técnicos, organizacionais, políticos e culturais sobre a temática do curso.

De acordo com o IEB, o curso, com duração de oito meses, será realizado com base na alternância pedagógica, modalidade em que a formação acontece em sala de aula e durante a vivência na comunidade, visando uma problematização da realidade e reflexão a partir dos conhecimentos técnicos-científicos aprendidos durante a realização das etapas de formação.

Nesse período de oito meses, quatro encontros formativos devem ser realizados, os quais serão divididos em quatro eixos temáticos: Noções básicas sobre Governança Florestal; Aspectos técnicos do Manejo Florestal Comunitário; Gestão de empreendimentos comunitários e Políticas públicas.

Inscrição e seleção

Conforme o edital do curso, serão selecionadas 25 lideranças, entre jovens e adultos, residentes em localidades rurais nos municípios dos territórios da BR- 163 e Transamazônica no Estado do Pará. A capacitação será gratuita e os selecionados terão despesas de alimentação, hospedagem e transporte pagas pela organização do curso.

Para participar do curso de formação, o candidato precisa ter atuação em comunidades tradicionais e agricultores familiares, localizados em unidades de conservação, assentamentos da reforma agrária e áreas em processo de regularização fundiária e/ou atuação na implementação de planos de manejo florestal. O edital também prevê a participação de candidatos que possuam vínculo direto com organizações comunitárias e experiência de atuação nas Redes de Formação dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs).

Os interessados em participar do curso têm até a sexta-feira (28) para fazer a inscrição, através do e-mail formar-florestal@iieb.org.br, ou por correspondência. A documentação necessária consiste em ficha de inscrição e carta de apresentação da organização na qual o candidato faz parte, contendo sua liberação para participar de todas as etapas do curso.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 55./ 2014

Brasília, 26 de março de 2014.

Após o período de inscrição, deve ser realizada a seleção dos candidatos e o resultado final, com o nome dos selecionados, será divulgado no dia 4 de abril.

Serviço

Curso de Formação de lideranças em Manejo Florestal Comunitário

Inscrição: Até dia 28 de março, pelo e-mail formar-florestal@iieb.org.br, ou por correspondência.

Resultado da seleção: 4 de abril

Módulo: 24 a 27 de abril, em Santarém.



Os índios Tupinambá e a cobertura enviesada
SÍTIO OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 26.03.2014

Por Daniela Fernandes Alarcon e Patrícia Navarro de Almeida Couto

Em 26 de fevereiro último, o Jornal da Band veiculou uma reportagem denunciando a “fraude que criou uma tribo de falsos índios”, dando origem à Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia. Numerosos dados equivocados foram apresentados na matéria, que sustenta, por exemplo, que a Constituição Federal proíbe a “ampliação de áreas indígenas” – como se sabe, a lei maior determina o reconhecimento pelo Estado dos direitos territoriais indígenas. Nenhum índio foi ouvido pela reportagem; dos sete entrevistados, ao menos três são pretensos proprietários de áreas no interior da TI, o que não é informado aos espectadores. Chega-se a insinuar que um criminoso colombiano estaria “por trás” da mobilização indígena pela demarcação de seu território, em uma conspiração internacional para arrebatar terras a produtores rurais brasileiros.

A reportagem enviesada debruça-se sobre um contexto de intenso conflito territorial e de violência contra os Tupinambá. Em 28 de janeiro de 2014, agentes da Força Nacional de Segurança Pública e da Polícia Federal instalaram uma base policial na aldeia Serra do Padeiro, no interior da TI. Com isso, tratavam de consolidar sua presença na área – onde atuavam desde agosto do ano anterior, por determinação do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo –, dando início à ocupação militar permanente do território indígena. No mês seguinte, cerca de 500 soldados do Exército deslocaram-se à região, por ordem da presidenta Dilma Rousseff, para “garantir a lei e a ordem”, “pacificando” as relações entre indígenas e não-índios contrários à demarcação da TI. Os indígenas passaram a ser vigiados ostensivamente e tiveram lugar ações de reintegração de posse violentas.

Na tarde de 8 de novembro de 2013, três indígenas do povo Tupinambá foram assassinados em uma emboscada, no interior da TI. As vítimas – Aurino Santos Calazans (31 anos), Agenor Monteiro de Souza (30 anos) e Ademilson Vieira dos Santos (36) – foram atacadas a tiros e golpes de facão por quatro homens, que se aproximaram em duas motocicletas. A esposa de Aurino também estava no local, mas conseguiu escapar. Ela descreveu um ataque brutal. Um dos indígenas foi encontrado quase decepado, apresentando sinais de tortura (foi chicoteado) e muitos ferimentos provocados por facão.

Desde o início dos anos 2000, os Tupinambá vêm demandando do Estado brasileiro o reconhecimento das terras que tradicionalmente ocupam e, por meio de ações conhecidas como “retomadas de terras”, vêm tratando de recuperar as áreas que lhes foram tomadas. A penetração massiva de não-indígenas no território Tupinambá teve início no final do século 19, quando a região tornou-se a principal fronteira agrícola do estado da Bahia, com o estabelecimento da cultura do cacau. Entre os anos de 1920 e 1940, esse processo se intensificou. Os indígenas que não migraram para as zonas urbanas mantiveram-se em pedaços de terra muito diminutos ou passaram a trabalhar em fazendas de cacau, em

CONT.



condições extremamente precárias, em alguns casos, inclusive como mão-de-obra escrava.

O processo de identificação da TI Tupinambá de Olivença – que se estende por porções dos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una, e onde vivem cerca de 4.700 indígenas, segundo dados da Fundação Nacional de Saúde para 2009 –, teve início em 2004, como resultado de prolongada pressão por parte dos indígenas. Cinco anos depois, a Fundação Nacional do Índio delimitou a TI em cerca de 47 mil hectares. Descumprindo os prazos estabelecidos pelo Decreto 1.775/96, o ministro da Justiça ainda não assinou a portaria declaratória da TI, para que o processo então se encaminhe para as etapas finais. Em razão da omissão governamental, o conflito se acirrou. Em 14 de agosto último, um veículo que transportava estudantes indígenas foi alvejado, em uma emboscada, deixando dois jovens feridos. Nas semanas subsequentes, veículos de órgãos públicos e casas de indígenas foram incendiadas, em protesto contra a demarcação.

Pouco mais de dois meses antes dos assassinatos dos três Tupinambá, referido acima, editorial do jornal A Região, de Itabuna, publicado em 31 de agosto, arremetia contra o reconhecimento dos direitos territoriais dos índios: demarcar a TI equivaleria a “entregar 30% do território de Ilhéus a malandros que nunca foram índios”. “Nem é preciso olhar muito para ver que a maioria dos que se dizem tupinambá não tem qualquer característica física de índio. O chefe do bando, por exemplo, Babau, está mais para vocalista do Olodum que para cacique indígena. Posso dizer que sou mais índio que ele.” Nessa passagem, o editorialista refere-se a Rosivaldo Ferreira da Silva (Babau), um dos caciques Tupinambá, e alude ao fenótipo de parte dessa população – decorrente de seu prolongado contato com a sociedade envolvente e dos muitos casamentos interétnicos ocorridos na região – para negar a identidade étnica dos Tupinambá.

Após descrever o que seria a dramática situação dos pretensos proprietários de terras da região – vítimas da “justiça caolha”, da “suspeita Funai” e do “governo esquerdóide Dilma” –, o autor conclui, com a mesma frase da manchete: “Só restam as armas”. Na mesma época, um outdoor instalado na região acusava os índios de “genocídio” e trazia a imagem de dois homens sem rosto apontando armas, acima dos dizeres: “Responda governador antes que seja tarde demais”. Como se verá, a criminalização dos Tupinambá pela imprensa deita raízes no passado – remontando a um episódio de resistência indígena ocorrido nas décadas de 1920 e 1930 – e, contemporaneamente, tem implicações diretas no processo de demarcação.

Flagelo perturbador da ordem pública

“Criminoso perigosíssimo e hediondo”, “facínora”, “repelente criminoso”, “o terror de Olivença”, “truculento cafuzo”, “bandido” e “bandoleiro”. Essas foram algumas das expressões utilizadas por João da Silva Campos, autor da Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus (escrita entre os anos de 1936 e 1937, e publicada em 1947), para se referir ao indígena Marcellino José Alves, principal personagem do que ficou conhecido como a “revolta do caboclo Marcellino”. Entre os últimos anos da década de 1920 e o final da década de 1930, com o intuito de barrar o avanço dos não-índios sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos Tupinambá, Marcellino organizou a resistência indígena e, em decorrência disso, foi perseguido e preso em diferentes ocasiões.

CONT.



Na época, teve lugar uma intensa campanha de criminalização contra os indígenas levantados, operada em grande parte pela imprensa regional. Em 1929, os jornais de Ilhéus começaram a noticiar, de forma sensacionalista e tendenciosa, supostos atos de vandalismo que estariam sendo praticados por Marcellino e seus companheiros. As denúncias eram unilateralmente apoiadas em relatos de fazendeiros, sustentando que os indígenas estariam percorrendo a região incendiando fazendas, destruindo plantações e disseminando o terror entre os pacatos moradores da área.

Ainda em 1929, foi noticiada a primeira prisão de Marcellino, acusado, entre outros crimes, de assassinato. A 5 de novembro, lia-se no Correio de Ilhéus: "Comunicam-nos de Olivença que acaba de ser preso pela polícia e paisanos o caboclo Marcellino pronunciado por crime de morte e que ali estava cometendo grandes depredações auxiliado por irmãos e outros caboclos. Este criminoso constituiu-se um permanente flagelo e perturbador da ordem pública. (...) É uma notícia que vai alegrar a todos que tinham conhecimento dos desatinos praticados pelo bandido (...)" (português atualizado).

Frequentemente, Marcellino era comparado ao célebre bandido social Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, que "aterrorizava" os sertões nordestinos. Tornou-se, também ele, um famigerado, realizador de inigualáveis "façanhas criminosas", como se lê no Diário da Tarde, também de Ilhéus, na edição de 10 de junho de 1936. Na mesma matéria, Marcellino é referido como o "homem que se fez bugre", construção discursiva que busca enquadrá-lo em um "estágio evolutivo" atrasado. "Bugre", neste caso, figura como termo análogo a expressões como "índio selvagem" ou "gentio bravo", frequentemente mencionadas em documentos do século XIX para designar a "praga" que infestava as matas do sul da Bahia: as "hordas indígenas" que, resistindo a ingressar no "grêmio da civilização", impunham óbices ao "desenvolvimento" da região.

Nesse quadro, eram constantes os alarmes falsos alardeando a captura e a morte de Marcellino. Os boatos fervilhavam, alimentados pela pródiga cobertura jornalística, que, de tempos em tempos, anunciava eminentes "invasões" de Marcellino e seu "bando" à vila de Olivença. Em 16 de janeiro de 1936, o Diário da Tarde referiu-se a um desses boatos, endossando-o: "Circulou ontem na cidade, quando se realizava o pleito municipal, uma notícia alarmante. O caboclo Marcellino, o já bastante famoso 'homem que se fez bugre', aproveitando o fato de estar Olivença desguarnecida, com a vinda para o Pontal [de Ilhéus] de muitos cidadãos eleitores, ameaçava assaltar aquela localidade".

O indígena era associado agora não apenas a Lampião, mas também ao líder comunista Luís Carlos Prestes, no contexto da repressão à "ameaça vermelha". Em 1937, Marcellino e ao menos mais três indígenas, ao lado de alguns não-índios, foram indiciados como comunistas. Enviado ao Rio de Janeiro, foi condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional, mas libertado ainda no mesmo ano, por não ter culpa formalizada. Sabe-se que então retornou a Ilhéus e que uma autoridade policial local aconselhou-o a não permanecer na região, argumentando que sua vida corria perigo. É então que os arquivos silenciam sobre seu paradeiro.

Caboclos fantasiados de índios

CONT.



Uma análise da cobertura midiática da disputa contemporânea em torno do território Tupinambá indica que a ampla maioria das peças jornalísticas alinha-se com a perspectiva de sujeitos e grupos contrários à demarcação, reverberando seus discursos. Nesse contexto, a produção jornalística vem sendo acionada inclusive por juízes, em suas decisões, para “comprovar” práticas delituosas atribuídas aos índios. Ao conceder liminar de interdito proibitório a um fazendeiro em face dos Tupinambá, em 2006, uma juíza federal em Ilhéus justificava que as “ameaças” de que eram acusados os indígenas constituíam “fato notório, conforme amplamente divulgado recentemente na imprensa escrita, falada e televisionada”.

Jornais como Agora e A Região, de Itabuna, trazem reportagens claramente editorializadas – não é difícil encontrar em seus textos afirmações preconceituosas em relação aos indígenas e se notam, também, procedimentos como a veiculação de informações não checadas. Em 27 de fevereiro de 2010, A Região falava em “bandidos que se dizem índios” e “caboclos fantasiados de índios”. Já em 11 de março, quando o cacique Babau foi ilegalmente preso, o jornal comemorou: “Foi de alívio o clima no sul da Bahia, ao receber a notícia de que o suposto cacique Babau (...) foi preso (...). Ele estava sendo caçado desde agosto do ano passado”.

Emissoras de rádio têm sido ainda mais virulentas. Rivamar Mesquita, apresentador do programa Novo Amanhecer, da Rádio Jornal, de Itabuna, sugeriu a realização de emboscadas contra os índios, conforme se lê em documento da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia datado de 2010. Notícias atacando os indígenas são constantemente veiculadas também pela rádio Sideral, de Buerarema – cujo diretor, Carlos Freitas, tomou posse em 19 de dezembro último como um dos diretores da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias. No site da emissora, notas aludem aos “supostos índios” e às “barbaridades” que teriam sido por eles cometidas.

No que diz respeito à imprensa de circulação nacional, duas reportagens tornaram-se notórias, pela profusão de erros factuais e afirmações preconceituosas: “O Lâmpião tupinambá”, publicada pela revista Época em 2009, e “A farra da antropologia oportunista”, publicada pela revista Veja em 2010. Na última, os índios da Serra do Padeiro são referidos como “neotupinambás” e como “os novos canibais”. Em 17 de julho de 2010, o ex-diretor de redação da Época, Paulo Moreira Leite, publicou no portal da revista na internet uma inventiva nota afirmando que estava em elaboração, pela Funai, um decreto anulando a demarcação da TI, após o órgão haver constatado “que os estudos antropológicos que identificam as terras como sendo dos tupinambás eram grosseiramente falsificados”. O texto dizia ainda que o cacique Babau estava prestes a perder “sua carteira de identidade indígena”. Como se sabe, nada disso ocorreu – e, se houvesse ocorrido, tratar-se-ia de violações grosseiras ao ordenamento jurídico brasileiro.

Demarcação traumática

Para indicar alguns mecanismos manipulatórios adotados pela imprensa, interessa analisar a produção de um jornal de circulação estadual, A Tarde, de Salvador, no qual o engajamento com os setores contrários à demarcação é menos caricato, mas, ainda assim, evidente. Os textos caracterizam os índios de maneira preconceituosa – por exemplo, ao falar em “mestiços que se intitulam índios tupinambás” (26 de março de 2010). Fazendo as vezes de juiz,

CONT.



apresentam os indígenas como culpados de crimes ainda não julgados. Também veiculam as versões de fontes envolvidas no conflito como se fossem os fatos.

Em um exemplo claro de seu engajamento na disputa, em 14 de junho de 2009, A Tarde publicou reportagem em destaque (texto de página inteira, em um domingo) sobre a demarcação da TI Kiriri, no nordeste da Bahia. Tratava-se de uma matéria “fria” – para usar o jargão jornalístico, sem “gancho” a lhe atribuir atualidade e justificar sua publicação –, que cumpria um papel claro: indicar o caso Kiriri como um exemplo a ser evitado no sul da Bahia. Intitulada “Demarcação traumática”, a matéria trazia os seguintes dizeres, em destaque: “Caso de Banzaê expõe os riscos que rondam os municípios de Ilhéus, Buerarema e Una, no sul”.

“Ataque de índios deixa 4 feridos e 3 desaparecidos”, lê-se em manchete de A Tarde de 26 de fevereiro de 2010, em referência ao conflito ocorrido na fazenda Serra das Palmeiras nos dias 23 e 24 do mesmo mês, quando agentes da Polícia Federal e fazendeiros tentaram retirar à força os indígenas que estavam na área, que fora por eles retomada no dia 19. Como se vê, em lugar de atribuir as informações a fontes, o jornal afirma categoricamente. Já no corpo do texto, descobrimos que a informação baseia-se em relato de testemunha não identificada, que fala ainda em dois mortos. Apenas no último parágrafo o leitor é informado, a partir de declaração do delegado da Polícia Civil de Buerarema, sobre o fato de não terem sido registradas na polícia denúncias de morte ou desaparecimento. Além disso, a expressão “ataque de índios” é eficaz quando se trata de evocar construções históricas em torno da índole “selvagem” que, segundo certo pensamento, seria inerente aos indígenas.

Em reportagem de 27 de fevereiro, o jornal recua – mas não retifica o que escrevera na véspera – e fala em “pelo menos um desaparecido”. O “terror” vivido na mão dos índios ganha em densidade dramática: “Foi um massacre, uma carnificina. Fomos cercados pelos índios sem chance de defesa, estávamos despreparados. Nunca vi nada igual”, diz “um dos baleados”, que, conforme apurou o jornal junto a sua esposa, “teria sido atingido pelos disparos quando tentava dizer aos índios que se rendia” e sobreviveu “por milagre”. Ainda segundo a mulher, “mesmo à noite, o céu ficou claro com tantos tiros”. E o pior ainda estaria por vir, já que, segundo a reportagem, os índios ameaçavam “invadir” o centro de Buerarema – “ainda hoje”. Impossível não ouvir ecos, nesse episódio, do “medo” que tomou conta de Olivença em janeiro de 1936, quando correu o boato de que Marcellino “invadiria” a vila para expulsar os não-índios. Nos dois casos, os boatos foram suficientes para mobilizar as forças policiais.

Ao assumir como verdadeiras as declarações concedidas por fontes envolvidas no conflito, o jornal exime-se de apurar, a ponto de veicular informações jurídicas equivocadas, que poderiam ser facilmente verificadas. Em reportagem de 2 de março de 2010, noticiando a permanência dos índios na Serra das Palmeiras, A Tarde conversa com um fazendeiro e informa que o fazendeiro “mostrou o interdito proibitório, documento que proíbe a demarcação da terra”. Como se sabe, “proibir demarcações” não está no escopo deste instrumento jurídico, já que o Estatuto do Índio (Lei nº6.001/73) veda a utilização de interditos possessórios contra a demarcação de Terras Indígenas.

Oferecendo uma cobertura parcializada e discriminatória, os veículos de comunicação hegemônicos vêm contribuindo para a cristalização dos estereótipos sobre os povos indígenas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 55./ 2014

Brasília, 26 de março de 2014.

no senso comum. Como se viu, têm se esforçado para definir a disputa fundiária em favor dos setores contrários à demarcação da TI Tupinambá de Olivença, perpetuando, assim, as violações historicamente cometidas contra o povo Tupinambá.

Daniela Fernandes Alarcon é jornalista (USP), mestre em Ciências Sociais (UnB) e pesquisadora associada ao Laboratório de Estudos e Pesquisas em Movimentos Indígenas, Políticas Indigenistas e Indigenismo (Laepi/UnB), desenvolveu pesquisa de mestrado acerca das retomadas de terras entre os Tupinambá da Serra do Padeiro, disponível aqui. Patrícia Navarro de Almeida Couto é mestre em Ciências Sociais, com concentração em Antropologia (UFBA), pesquisadora associada ao Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (PINEB/UFBA) e professora no Departamento de Ciências Humanas e Filosofia (UEFS). Em sua pesquisa de mestrado (disponível aqui), investigou identidade e religiosidade dos Tupinambá da Serra do Padeiro



Ministra do STF garante direitos constitucionais indígenas

SÍTIO CIMI, 26.03.2014

Por Luana Luizy,
de Brasília

Em decisão histórica, a ministra Rosa Maria Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), definiu no dia 11 de março que as condicionantes adotadas no julgamento da Petição 3388/RR, que tratou da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, não possuem efeito vinculante. Ou seja, as decisões aplicadas no caso da Raposa não se estendem às demais terras indígenas no país.

Trata-se do Mandado de Segurança da Agropastoril, Madeireira e Colonizadora Sanhaço Ltda, questionando homologatório da demarcação da Reserva Indígena Kayabi, na fronteira dos Estados do Mato Grosso e Pará. Anteriormente, em casos diversos, os ministros Ricardo Lewandowski e Ayres Britto já haviam se manifestado de forma semelhante.

Por consequência, a Portaria 303 assinada por Luis Adams, da Advocacia-Geral da União (AGU) perde força, ficando mais evidente que é desprovida de base legal, uma vez que a mencionada Portaria estende as condicionantes a todos os processos administrativos em curso e os finalizados pela Funai. Dentre elas, a vedada ampliação de Terras Indígenas. As 19 condicionantes haviam sido apresentadas, na época, no voto do ministro Menezes Direito, mas a partir daí criaram conflitos desde a publicação do acórdão.

Ruralistas passaram a interpretar a decisão, tentando impedir novas demarcações, enquanto o governo autorizou empreendimentos em terras indígenas sem consulta dos índios, fora isso soma-se o acirramento de conflitos com latifundiários e aumento de violência contra as populações indígenas.

Outro ponto ressaltado pela ministra foi relacionado ao do marco temporal de ocupação. "Terra indígena não é um simples objeto de direito, mas ganha a dimensão de verdadeiro ente ou ser que resume em si toda ancestralidade, toda coetaneidade e toda posteridade de uma etnia". Deste modo, ainda segundo a ministra. "A tradicionalidade da posse nativa, no entanto, não se perde onde, ao tempo da promulgação da Lei Maior de 1988, a reocupação apenas não ocorreu por efeito de renitente esbulho por parte de não-índios".

Confira aqui a decisão da ministra.

Onda anti-indígena

Um levante anti-indígena segue em curso no Brasil, de Sul a Norte são inúmeros os casos registrados de incitação e até práticas de violência contra os povos originários. Vide o "Leilão

CONT.



da Resistência” convocado pela Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul (Acrissul) e Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul (Famasul), que contou com a presença da senadora e presidenta da Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil (CNA), Kátia Abreu (PMDB-TO).

O objetivo do leilão da resistência era angariar recursos para financiar ações contra os indígenas no Mato Grosso do Sul, conforme amplamente divulgado nos meios de comunicação. Em um primeiro momento, a juíza titular suspendeu o leilão afirmando que “a vida vale mais que o patrimônio”. Na sequência um juiz convocado autorizou o leilão, condicionando que os recursos fossem depositados em uma conta judicial e em caso de descumprimento incidiria em multa.

O juiz ainda estipulou um demonstrativo assinado pelo leiloeiro contendo toda a movimentação financeira do leilão, incluindo o nome dos doadores, o valor inicial e final do lance e o nome do arrematante. Na análise, o juiz afirma estar em jogo o direito a vida versus direitos econômicos. A Acrissul entrou com pedido de liberação do dinheiro, mas o pedido foi recusado e no momento os recursos arrecadados no “leilão” encontram-se bloqueados.

Conquistas e novos desafios

O povo Xavante conseguiu ter reconhecida como de ocupação tradicional a Terra Indígena Marãwatsédé, no Mato Grosso. No caso, o Tribunal Regional Federal (TRF 1º) seguiu a jurisprudência sobre ocupação tradicional e após 17 anos de espera, o povo Xavante pôde finalmente retornar a terra de seus ancestrais e recuperar o que foi perdido.

A história se repete no Maranhão, onde segue em curso a desintrusão de não-índios em território dos Awá-Guajá, local bastante especulado por madeireiros. Em resposta a estas conquistas, os ruralistas, contra o estado democrático de direito, tentam potencializar conflitos com ações ilegais.

As declarações racistas dos deputados Luis Heinze (PP) e Alceu Moreira (PMDB) comprovam isso. Nos discursos os deputados incentivam os agricultores a violência contra os indígenas. Em uma Audiência Pública sobre Demarcação de Terras Tradicionalmente ocupadas por Povos Tradicionais, em 2013, no município de Vicente Dutra (RS), Alceu Moreira afirmou: “Se fardem de guerreiros e não deixem um vigarista destes dar um passo na sua propriedade, nenhum. Nenhum. Usem todo o tipo de rede, todo mundo tem telefone, liguem um para o outro imediatamente, reúnam multidões e expulsem do jeito que for necessário. Até porque, quando expulsar não vão expulsar índio daqui, vão expulsar índios que foram orientados de fora para cá”.

Nessa mesma audiência, Heinze, referindo-se ao gabinete do ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, disse: “e ali, estão aninhados quilombolas, índios, gays, lésbicas, tudo o que não presta, ali estão alinhados. Por isso, pessoal, só tem um jeito: se defendam. Façam a defesa como no Pará estão fazendo. Façam a defesa como o Mato Grosso do Sul está fazendo. Os índios invadiram uma propriedade, foram corridos da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 55./ 2014

Brasília, 26 de março de 2014.

propriedade. Isso que aconteceu lá". Veja o vídeo no link: <http://www.youtube.com/watch?v=PjcUOQbuvXU>

Apesar do pensamento racista da bancada ruralista e outros setores governamentais, a decisão da ministra ao reconhecer o marco temporal representa um passo para a garantia dos direitos constitucionais dos povos tradicionais, a fim de que eles possam ocupar suas terras e pluralidade conferida nelas.



Manifesto dos povos da floresta do Vale do Juruá: "O petróleo é nosso"! Deixem-no na terra! Fora da Amazônia, petroleiras!

SÍTIO CIMI, 26.03.2014

Nós, povos da floresta do Vale do Juruá, reunidos no Seminário: "Petróleo, você compra a natureza é quem paga: Vale do Juruá, construindo alternativas", organizado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e realizado de 19 a 21 de março de 2014, viemos manifestar nossa prioridade de defender a todo custo a vida, estando portanto preocupados com a exploração de petróleo e gás na nossa região, bem como com a implementação de projetos de pagamentos por serviços ambientais, a exemplo do REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal).

Depois de debatermos e trocarmos experiências e opiniões não apenas entre os povos da floresta, mas com universitários, estudantes de Ensino Médio e representantes de movimentos sociais localizados na cidade, pudemos perceber que, ao contrário do que nos tem sido passado, o chamado 'desenvolvimento sustentável' tem contribuído significativamente para a degradação não apenas do meio em que vivemos, como dos nossos modos de vida, excluindo-nos de participação efetiva nesses processos. Os "Planos de Manejo Florestal Sustentável" nos servem como claro exemplo da falência deste conceito, ao reprimir e criminalizar os povos da floresta, enquanto de fato barganham seus meios de subsistência, pois entrega os bens naturais para consumo das sociedades industrializadas, em troca do lucro de poucos empresários.

É preciso compreender que serviços básicos de assistência aos povos da floresta são de inteira responsabilidade do Estado, tal como garante nossa legislação. Estes serviços nos estão sendo oferecidos como moeda de troca por tais projetos. Representantes do governo e instituições privadas condicionam a realização daquilo que já é do nosso direito à nossa aceitação de tais projetos.

Após tomarmos conhecimento das consequências desastrosas e irresponsáveis da exploração petroleira em outros lugares da Amazônia, como Bolívia, Peru e Equador (Parque Nacional Yasuni), entendemos que a vida na floresta está iminentemente ameaçada nos seus alicerces, uma vez que o risco mais evidente é a contaminação das nossas nascentes, o que afetaria drasticamente a vida de todos os seres não apenas da região amazônica, mas de todo o mundo.

É evidente que a riqueza da floresta não apenas foi preservada, mas foi produto de uma coevolução com os povos que originalmente nela habitaram. Até muito pouco tempo, éramos autossuficientes e não necessitávamos da produção capitalista. Hoje, pouco nos beneficiamos dos artigos oriundos deste modo de produção. Ao contrário, somos vítimas de discursos que nos desqualificam enquanto aqueles que cuidam do próprio espaço: ou significamos entraves para o progresso (no caso da exploração petroleira) ou nos tornamos possíveis destruidores da biodiversidade vendida como mercadoria (no caso do REDD). Os discursos ignoram

CONT.



completamente nosso modo de vida, porque trazem um modelo sabidamente fracassado de progresso, que beneficia grupos cada vez menores, detentores do grande capital e porque numa lógica inversa, mas igualmente perversa, se arrogam de especialistas da biodiversidade, minando nossos saberes e vivência, ao impor um modelo trazido pronto.

Tendo por base os parágrafos 6 e 7 da Convenção 169 da OIT, que confere aos povos indígenas e tribais a consulta, "mediante procedimentos apropriados" e "o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que afete suas vidas, crenças, instituições e bem estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma e de controlar, na medida do possível, seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural", consideramos ilegítima a implementação de obras que viabilizarão a exploração do petróleo no Vale do Juruá, assim como a criação da Lei 2308, de 22 de outubro de 2010, que cria o Sistema Estadual de Incentivos por Serviços Ambientais (Lei SISA). Tivemos nossos direitos violados e exigimos revisão imediata desse processo, pois o que se chama de consulta, não atendeu aos critérios estabelecidos pela mencionada Convenção.

Queremos ainda reiterar o posicionamento presente na Carta do Acre, de 11 de outubro de 2011 e a Carta da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari – Univaja, que, tal como nosso manifesto, rechaçam o modelo desenvolvimentista com suas falsas soluções da Economia Verde.

Dado que nossas lutas históricas foram as únicas responsáveis pelas conquistas que tivemos até hoje, nós, os povos da floresta, nos comprometemos a firmar aliança coletiva, para o enfrentamento deste modelo de morte, que vem invadindo nossos espaços de vida.

Desta forma, nos posicionamos veementemente contra a exploração petroleira tanto no Vale do Juruá, quanto em toda a Pan Amazônia, por entendermos que os grupos afetados não estão restritos à floresta, mas aos núcleos urbanos e todas as áreas presentes nas proximidades deste ecossistema. Queremos convocar toda a sociedade do Vale do Juruá, que certamente será afetada por uma exploração que apenas retirará nossas riquezas e trará transformação daquilo que temos de mais precioso: o nosso modo de vida ainda bastante diverso dos grandes centros insustentáveis.

Participantes: Lideranças dos povos Apolima-Arara do Amônia; Ashaninka do Breu; Huni kuin do Breu, do Jordão e do Envira; Nawa e Nukini do Môa; Shawandawa do Cruzeiro do Vale; Katukina; Jaminawa Arara do Bagé e Igarapé Preto; Jaminawa do Bagé; Apurinã do Purus-AM; Marubo do Ituí-AM; Ribeirinhos do Val-Paraíso; Cimi; Diocese de Cruzeiro do Sul; CPT de Cruzeiro do Sul; estudantes universitários e secundaristas, professores; agentes de pastorais; jornalistas e membros da sociedade civil organizada.

Cruzeiro do Sul, 21 de Março de 2014

Em Boa Vista, espaço União Operária recebe exposição 'Universo Makuxi'
SÍTIO G1, 26.03.2014

*Mostra da artista Carmézia Emiliano ocorre de 26 de março a 25 de abril.
Obras retratam a natureza, as lendas, o povo e a cultura indígena makuxi.*



Obras retratam a natureza, as lendas, o povo e a cultura indígena (Foto: UFRR/ Divulgação)

O Espaço de Cultura e Arte 'União operária', em Boa Vista, recebe nesta quarta-feira (26) a exposição 'Universo Makuxi por Carmézia Emiliano – 22 anos de arte naif'. A mostra, promovida pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), seguirá no espaço até o dia 25 de abril.

As obras que integram a exposição retratam o cotidiano das aldeias dos indígenas da etnia Makuxi e dão destaque à natureza, às lendas, ao povo e à cultura.

A ideia da exposição surgiu da necessidade de prestar uma homenagem a Carmézia Emiliano. Ela que é artista há 22 anos nasceu em na Guyana Inglesa, conquistou por quatro vezes o prêmio na Bienal de Arte Naif do Salão SESC de Piracicaba-SP e foi agraciada com o Prêmio Buriti da Amazônia de Preservação do Meio Ambiente, em 1996, na categoria revelação.

Serviço

Exposição 'Universo Makuxi por Carmézia Emiliano – 22 anos de arte naif'

ONDE: Espaço de Cultura e Arte 'União operária' da UFRR

QUANDO: 26 de março a 25 de abril. De segunda a sexta-feira, 8h30 às 12h e das 14h30 às 18h

QUANTO: Entrada franca

INFORMAÇÕES: (95) 3624-4181.

Primeira etapa dos Jogos Indígenas 2014 acontece em junho, no Amapá
SÍTIO G1, 26.03.2014

Evento também terá ações sociais e culturais. Jogos servem de integração e confraternização entre as tribos amapaenses e foi retomado após 8 anos



Jogos Indígenas em aldeia de Oiapoque, no Amapá (Foto: Mario Thomaz/20-11-2011/
Agência Amapá/Divulgação)

A primeira etapa dos Jogos Indígenas 2014 no Amapá estão marcadas para acontecer no período de 18 a 29 de junho. A disputa envolve tribos de municípios de Oiapoque, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari.

As disputas acontecerão nas aldeias Kumenê, Kumarumã, Tukai, Manga, Galibi e Aramirã, em Oiapoque - a cerca de 600 quilômetros de Macapá - com a participação de atletas das etnias Galibi Marworno, Galibi Kalinã, Palikur, Karipuna, Wajãpi, Tiriýó, Kaxuyana, Txikuyana, Apalai e Wayana.

Os índios disputam modalidades 'exóticas', como corrida com tora, corrida com jamaxi (espécie de cesto carregado nas costas), corrida livre, subida no açazeiro, natação, futebol de campo, cabo de guerra, canoagem, arco e flecha, pescaria, arremesso de lança, zarabatana, pintura corporal e contos e mitos.

CONT.



- Este ano, a diferença vai ser a presença de vários órgãos de governo, que oferecerão diversos serviços de cidadania e atividades paralelas nas áreas culturais, sociais e de empreendedorismo em favor dos indígenas - adiantou a secretária de Desporto e Lazer do Estado, Áurea Brito.

De acordo com o secretário dos Povos Indígenas, Coaracy Macial, os jogos são momento de integração e confraternização entre as etnias indígenas do Amapá. Uma segunda reunião para acertar mais detalhes da organização dos Jogos Indígenas 2014 está marcada para a segunda-feira (31).

MPF-AM recomenda que Unir receba alunos indígenas de Humaitá
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.02.2014

Remanejamento faz parte de contrapartida em asfaltamento da BR-156.
Previsão é construir novas aldeias até fim de 2014, prevê governo do AP.



Índios devem ser transferidos até o fim de 2014,
segundo prevê governo do Amapá
(Foto: Sal Lima/Agência Amapá)

Seis aldeias indígenas de Oiapoque, a 590 quilômetros de Macapá, serão remanejadas até o fim de 2014, segundo prevê o governo do Amapá. A realocação das comunidades faz parte das contrapartidas das obras de asfaltamento do trecho Norte da BR-156. Os índios serão retirados das aldeias e transferidos a comunidades a serem construídas em locais próximos de onde vivem atualmente.

A intenção é que os índios tenham casas populares, centros comunitários, postos de saúde e escolas, conforme prevê a licitação de construção das novas aldeias. Segundo a Secretaria de Transportes (Setrap), responsável pelas obras, o processo licitatório foi lançado no fim de fevereiro e a ordem de serviço deverá ser assinada até o fim de abril.

"Essa foi uma condicionante firmada para realizarmos o asfaltamento da BR-156. Ela foi motivada por causa da proximidade da rodovia com as comunidades. Após dada a ordem de serviço, o prazo de execução da obra será fixado em seis meses", disse o secretário Bruno Mineiro.

O valor total para a construção das seis novas aldeias está orçado em R\$ 20 milhões, dinheiro do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Cada aldeia, de acordo com Mineiro, custa em média de R\$ 3 milhões a R\$ 3,5 milhões.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 55./ 2014

Brasília, 26 de março de 2014.

O remanejamento das comunidades conclui todas as transferências previstas em contrapartidas nas obras na BR-156. Uma vila indígena também contemplada pelas obras de asfaltamento da rodovia deverá ser entregue em abril. Bruno Mineiro explicou que ela teve o processo licitatório iniciado antes das outras seis para servir como experiência no remanejamento dos indígenas.



Violência na Bahia: Milícia indígena retoma invasões de propriedades

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 26.03.2014

Apesar da presença do Exército fazendo policiamento ostensivo na região, a milícia de indigenóides tupinambarana retomou as invasões de propriedades no sul da Bahia. Duas pequenas propriedades rurais foram invadidas por índios tupinambás no último sábado (22) no Ponto do Eliseu, distrito de Vila Brasil, município de Una. As vítimas foram impedidas de retirar quaisquer pertences dos imóveis e ficaram dois dias escondidas dentro do mato, após sofrerem agressões dos milicianos. As duas propriedades têm menos de cinco hectares.

De acordo com o sobrinho de uma das agricultoras que não quis se identificar temendo represálias dos milicianos indigenóides, as vítimas procuraram o socorro da Polícia Federal para retornar às propriedades e retirar alguns pertences como roupas e documentos, mas foi informada de que o pedido deveria ser feito ao Exército. A produtora recorreu ao Exército, mas não obteve qualquer tipo de apoio.

Segundo informações agricultores, a ação do final de semana foi comandada por um tal "Cacique Pascoal". Pascol é um dos indigenóides envolvidos, juntamente com um outro conhecido como Cacique Cleildo, no assassinato do agricultor Juraci Santana, líder do assentamento Ipiranga, em Maroim, também em Una. O crime ocorreu no dia 11 de fevereiro, mas até agora a polícia civil não conseguiu prender nenhum dos assassinos de Juraci. A esposa de do agricultor, que testemunhou o assassinato, deu os nomes dos autores do crime.

Recentemente o Ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal, derrubou todas as liminares de reintegração de posse expedidas pela justiça para imóveis invadidos pela milícia indígena (Veja aqui). A decisão foi entendida na região como um salvo conduto para a continuação das invasões.